



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Scutius

-----SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS-----

-----DO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2019-----

-----ACTA NÚMERO NOVE-----

----- Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e dezanove, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Concelho de Manteigas nos termos da Lei, sob a presidência do seu Presidente, Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, coadjuvado pela Primeira Secretária, Senhora Deputada Patrícia Alexandra dos Santos Martins e pelo Senhor Segundo Secretário, Senhor Deputado Daniel António Quaresma Costa, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: **Período de Intervenção do Público.**-----

----- Ponto dois: **Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

----- Ponto dois, um: Respostas às questões anteriormente colocadas pelo público, que não tenham ficado esclarecidas.-----

----- Ponto dois, dois: Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior.-----

----- Ponto dois, três: Conhecimento do expediente recebido e prestação de informações.-----

----- Ponto dois, quatro: Intervenções dos Senhores Deputados antes da Ordem do Dia.-----

----- Ponto três: **Período da Ordem do dia.**-----

----- Ponto três, um: Apreciação, discussão e votação do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios de Manteigas.-----

----- Ponto três, dois: Apreciação, discussão e votação sobre a transferência de competências, no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, nomeadamente os Decreto-lei n.º 20/2019 de 30 de janeiro, Decreto-lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, Decreto-lei n.º 22/2019 de 30 de janeiro, Decreto-lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro.-----

----- Ponto três, três: Apreciação, discussão e votação das deliberações a tomar em minuta, para produzir efeitos imediatos, desta sessão.-----

----- Ponto quatro: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Ponto cinco: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.-----

-----Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças para além do Senhor Presidente da Mesa, a Senhora Primeira Secretária, o Senhor Segundo Secretário, os Senhores Deputados Municipais: António José Ascensão Fraga; Luís José dos Santos Melo; Rogério Sousa Batista; Nuno Manuel Matos Soares; Ana Maria Saraiva Matos; António Miguel Aldeia Carvalho; Odete da Graça David Ganiha Almeida; Eduardo de Matos Monteiro; Alfredo Serra de Carvalho Marcelo; António Pedro Santos Leitão; Joaquim Martins Fonseca Albuquerque; João Abrantes Gaspar; Joaquim Neves Biscaia; Paulo Manuel dos Santos Costa; Carlos Manuel Figueiredo Viegas; Nuno Miguel Fernandes Gonçalves.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António

07

----- Não se encontrava presente a Senhora Deputada Oriana Marina Cleto Abreu Morais, o Senhor Deputado Luís Ferrão Saraiva e a Senhora Deputada Bárbara Filipa da Palma Cravinho Sabino, que comunicaram previamente a impossibilidade de comparecer na reunião, tendo cada um justificado as respetivas ausências e pedido a devida substituição, tendo por isso sido convocados o Senhor Deputado Rogério Sousa Batista, a Senhora Deputada Ana Maria Saraiva Matos e o Senhor Deputado João Abrantes Gaspar, que compareceram. -----

----- Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, e os Senhores Vereadores José Manuel Custódia Biscaia, Célia Maria Ramos Morais, José Manuel Saraiva Cardoso e Francisco José Botão de Elvas. -----

----- Sendo cerca das **quinze horas e quinze minutos**, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo em seguida cumprimentado todos os presentes. -----

Informou que a Senhora Deputada Oriana Morais solicitou a suspensão de mandato, por um período previsível de cinco meses, por motivos de saúde. Nesse seguimento, indicou que entrou em contacto com o Líder da Bancada do Partido Socialista, o Senhor Deputado António Fraga, e cumulativamente médico da Senhora Deputada Oriana Morais, que confirmou a suspensão de mandato da mesma e respetiva substituição pelo Senhor Deputado Rogério Sousa Batista. -----

Recordou que, por sugestão da Senhora Deputada Oriana Morais, foi constituída uma Comissão para a revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Manteigas, formada por um representante da bancada do PS, um representante da bancada do PSD e um representante da bancada da UMM. Explanou que, desde o início do atual mandato, a referida Comissão tem vindo a trabalhar na revisão do Regimento, contudo ainda não foi possível apresentarem o trabalho final. Aludiu que, na reunião da Assembleia Municipal que teve lugar em Setembro do ano transato, foi indicado que na reunião seguinte seria apresentada a revisão do Regimento. Explanou que como até à altura de remeter a convocatória e a Ordem de Trabalhos, para os membros da Assembleia, não lhe foi comunicado, pela Comissão supracitada, que o Regimento estaria pronto para ser presente a este Órgão Autárquico, esse assunto não foi agendado na Ordem de Trabalhos. -----

Explicou que isto não se trata de uma crítica, apenas estava a dar conhecimentos da situação ao Órgão Deliberativo, uma vez que tinha sido anunciado na Assembleia de Setembro que seria apresentado a revisão do Regimento. Solicitou à Comissão que assim que tivesse esse trabalho concluído, que o avisassem de imediato de forma a poder agendar o assunto, atempadamente, na Ordem de Trabalhos. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Confirmou que de facto há um atraso na apresentação da revisão do Regimento da Assembleia Municipal, tendo admitido que, possivelmente, o principal responsável poderia ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António *Albino*

ele próprio e, eventualmente, a Senhora Deputada Oriana Morais, pois era a Deputada que juridicamente estava a tratar desse assunto, sendo que os dois tinham tido algumas reuniões para o efeito. Aludiu que, há uns tempos atrás, tinha combinado com o Senhor Deputado Nuno Soares e com o Senhor Deputado Pedro Leitão (elementos da Comissão de revisão do Regimento), que quando existisse um preâmbulo para apresentar, este falaria com a Bancada do Partido Socialista, pois podiam os respetivos elementos dessa Bancada querer apresentar alguma ideia e, posteriormente, entraria em contacto com os restantes membros da Comissão. -- Explanou que desde a reunião da Assembleia Municipal, realizada em setembro do ano transato, foi completamente impossível voltarem a reunir, devido ao problema de saúde da Senhora Deputada Oriana Morais. -----

-----PONTO 1. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou os munícipes presentes sobre se desejavam intervir neste ponto da ordem de trabalhos. Nesse seguimento, aceitou a inscrição do Senhor António Leitão e do Senhor Albino Cardoso. Por ordem de inscrição, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor António Leitão. -----

----- O Senhor António Leitão cumprimentou todos os presentes, referiu que pretendia dar nota de duas situações. Aludiu que nesta data ao deslocar-se para Manteigas, passou pela cidade de Seia, tendo verificado que, em todos os cruzamentos e ruas, não existe nenhuma placa a indicar Manteigas. Quando chegou a Manteigas, foi almoçar a um restaurante, em seguida ao dirigir-se para a sua habitação, verificou que só nesse trajeto existiam seis placas a indicar a localidade de Seia. -----

Por último, referiu que no cruzamento das Penhas Douradas existe um placar de publicidade sobre Manteigas, muito bonito, mas que está completamente deteriorado. Como tal, seria conveniente se o mesmo fosse substituído. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Senhor António Leitão, tendo considerado que todas as intervenções, em prol de Manteigas e no intuito de melhorar as acessibilidade às pessoas que nos procuram, são benéficas. Sublinhou que está ligado a esta terra há quarenta anos e sempre verificou a existência desta guerra terrível entre os vários concelhos que circundam Manteigas. Contudo, julgava que, passados tantos anos, já se tinha percebido que o turismo na Serra da Estrela visa todas as localidades aqui situadas e não é preciso evitar que os turistas se desloquem para o concelho vizinho. -----

----- O Senhor Albino Cardoso, no uso da palavra, saudou todos os presentes. Aludiu que teve o privilégio de estar presente numa reunião de Câmara, onde assistiu a uma reclamação e parafraseando a “*estados de alma*” sobre os votos dos Senhores Vereadores e respetivas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Antunes

[Signature]

[Signature]

declarações de voto que emitiram, e que mereceu pela parte de um Município, cujo nome indicou que não ia mencionar, mas que considerou ser um ato surreal, arrepiante e que atenta contra a liberdade e o direito que cada um de nós, que no exercício da democracia vai prestando à sociedade, no desempenho das funções para os quais foram eleitos. -----

No seu entendimento foi realmente um ato muito infeliz, de muito baixo nível, de má educação, revelando aquilo que nós não deveremos ser enquanto cidadãos, no respeito pelas liberdades de cada um, pelas suas ideologias, por aquilo que cada um julga perceber que deve ser a democracia, pela forma de ser e de estar que deve ser em sociedade e em democracia, com princípios, ética e com valores. Declarou que não assistiu a nada disso, sentiu-se arrepiado com aquilo que viu e abismado pelo consentimento no prolongamento da intervenção, que foi sendo feita. Sublinhou que esta é a sua reclamação enquanto cidadão, enquanto pessoa que gosta de respeitar e que gosta que o respeitem a si. Por isso, quando situações dessas acontecem em relação a outros, fica obviamente aborrecido e incomodado. -----

Deu nota que, no seguimento da situação explanada, houve reações dos Senhores Vereadores muito oportunas e houve quem entendeu que não devia sequer dar intervenção, porque no respeito por isso, não quis valorizar o discurso que foi tecido pelo município que interveio. -----

Aludiu que qualquer Deputado, no exercício das suas funções, pode solicitar aquilo que entender à Mesa da Assembleia e não assiste a nenhum cidadão, vir à Assembleia fazer uma afronta a quem, no exercício dos seus direitos e das suas obrigações, se sente confrontado com situações que são ímpares e que se vêm repetindo nos últimos tempos em Manteigas. Considerou que se deveria travar essas situações e saberem tratar-se uns aos outros com respeito, com educação, com elevação e com urbanidade. São elementos que não podem descuar, mas que vão acontecendo e não devem acontecer, muito menos situações de afronta. E isso é lamentável que se verifique. -----

Disse que como era de conhecimento esteve na última Assembleia Ordinária, na qualidade de Deputado, e como tal esteve a ler a respetiva ata, porque a pediu. Nesse contexto, verificou que os Deputados que vêm em substituição para uma Assembleia, não recebem a ata, portanto não sabem se as intervenções que fizeram, ou o que se passou na Assembleia, vem devidamente transcrito no projeto de ata. Referiu que após solicitar a ata supracitada, fez a leitura da mesma e constatou entre outras coisas, que não são de relevância, há duas questões que considerou serem importantes: na página 310, na penúltima linha, onde se lê: *"indicou que não tinha ideia de em anos anteriores uma Revisão Orçamental ter chegado à Assembleia Municipal sem a mesma ter sido votada na Câmara"*, deverá ler-se: *"indicou que não tinha ideia de em anos anteriores uma Revisão Orçamental não ter chegado à Assembleia Municipal sem a mesma ter sido votada na Câmara"*. Na página 318, no segundo parágrafo, nas duas últimas linhas, onde se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António

M

lê: “A Senhora Presidente da Mesa manteve-se na reunião durante o período da votação, mas não participou da mesma.” Alertou que havia uma incongruência, porque se a Senhora Presidente da Mesa se manteve na reunião deveria ter participado da votação, se não participou da votação deveria ter-se ausentado da reunião. Sendo que a ausência da Senhora Presidente da Mesa não prejudicaria a votação, pois continuaria a haver quórum. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra, referiu que foi uma situação muito peculiar, isto porque a Senhora Deputada Patrícia Martins, nessa reunião, assumiu as funções de Presidente da Mesa, ao mesmo tempo continuou a ser um elemento do Partido Social Democrata e como tal, devia votar em função da sua ideia. Como não concordava com a votação daquele ponto, agiu em conformidade com o seu pensamento e não participou da votação. Ainda assim não se pode ausentar da reunião, pois na qualidade de Presidente da Mesa, ao sair da mesma anulava a existência dessa Assembleia. Isto quer dizer que havia um hiato real e a Senhora Deputada Patrícia Martins não podia ausentar-se da reunião. -----

Mais acrescentou, que a Senhora Deputada em causa ao ausentar-se da reunião teria de nomear outra pessoa para a substituir como Presidente da Mesa. Segundo o que tinha conhecimento todos os elementos do PSD decidiram ausentar-se da sala, logo não tinha ninguém da sua Bancada que a substituísse na Mesa. Explanou que esta é uma situação que desconhece como poderia ser sanada legalmente. Considerou ser um bom alerta para futuras situações deste tipo e para perceberem que tem de haver alguma coisa jurídica que se refira a isso. -----

----- O Senhor Albino Cardoso prosseguiu com a sua explanação, mencionou que na reunião do Órgão Deliberativo de 30 de novembro de 2018, apresentou três questões em concreto. Recordou que uma das questões foi sobre a Toponímia. A título de exemplo, referiu que foi atribuído, à rua onde reside, o topónimo de Rua A, isto já há cerca de trinta anos. Entretanto, constatou que agora foi colocada uma placa com o topónimo de “Rua A de Santa Maria”. Indicou que não entendia a razão pela qual essa rua foi assim designada. -----

Sublinhou que fez parte da última Comissão de Toponímia, tendo deixado o reparo que na época, essa Comissão apresentou um trabalho e remeteu-o à Câmara Municipal, sendo que no caso concreto dessa rua, foi indicado o topónimo de “Rua Dr. José David Lucas Batista”, em sua homenagem. Acrescentou ainda, que houve um elemento dessa Comissão que, na altura, propôs que deveria ser designada de “Avenida” em vez de “Rua”, visto que tinha características para o efeito. Assim sendo, a Comissão aceitou o Topónimo “Avenida Dr. José David Lucas Batista”. Contudo, a Câmara colocou uma placa com um nome distinto daquele que essa Comissão tinha proposta, na altura. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Antunes

[Handwritten signature]

Aludiu que, na reunião supracitada, tinha apresentado uma moção, sobre o Centro de Saúde, que foi subscrita por todos os elementos e votada por unanimidade. Nesse contexto, indicou que desconhecia se o assunto em apreço teve alguma evolução, fez votos que a bem de todos tenha havido essa evolução. Solicitou informação sobre essa matéria. -----

Por último, recordou que também tinha falado sobre uma obra relativa à distribuição de água em baixa, por sinal na mesma rua que já tinha citado neste explanação. Sublinhou que a referida conduta já rebentou quatro vezes, tendo na altura questionado se alguém viu o projeto, como é que foi executada a obra, se a mesma está executada de acordo com o projeto. Interpelou se já há alguma resposta ao assunto exposto na reunião da Assembleia de Novembro. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Senhor Albino Cardoso, tendo-a considerado muito positiva para Manteigas. Verificando que não havia mais Múncipes inscritos para intervir, deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- PUNTO 2.1 -----

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES ANTERIORMENTE COLOCADAS PELO PÚBLICO, QUE NÃO TENHAM
----- FICADO ESCLARECIDAS -----

----- O Senhor Presidente da Câmara fez uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. No que diz respeito as placas mencionadas pelo Senhor António Leitão, referiu que tomou nota do assunto, contudo como é de conhecimento os autarcas de Manteigas apenas gerem o seu concelho e só têm competências até ao limite deste. Portanto, relativamente aos outros concelhos não pode mandar colocar ou retirar essas placas indicativas. Poderá é particularmente e não de uma forma oficial, falar com o Senhor Presidente da Câmara de Seia nesse sentido. -----

No que concerne à exposição efetuada pelo o Senhor Albino Cardoso, que mencionou que o Presidente de Câmara tinha consentido que, em reunião do Órgão Executivo, um munícipe fizesse uma explanação. Elucidou que consentiu essa intervenção, exatamente, da mesma forma que o Senhor Presidente da Assembleia, nesta reunião, consentiu que o Senhor Albino Cardoso também fizesse as suas próprias exposições. Exatamente da mesma forma que o Senhor Presidente da Mesa não tirou a palavra ao Senhor Albino Cardoso, o Presidente da Câmara também não tinha tirado a palavra a um Múncipe, que quis manifestar-se numa reunião de Câmara. -----

Declarou que, também foi a primeira vez que viu um Deputado da Assembleia Municipal a introduzir correções a uma ata respeitante à reunião anterior, quando na presente reunião o mesmo não desempenha as funções de Deputado. Explanou que aquilo que poderia acontecer, era essas correções serem transmitidas aos Senhores Deputados, que estão presentes nesta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Alfante

D

sessão e os mesmo solicitarem a introdução dessas correções na respetiva ata. Portanto, a transmissão dessas correções a um Deputado teria sido suficiente para que a ata fosse corrigida. -----

No que diz respeito à “rua A de Santa Maria”, deixou claro que a placa que aí foi colocada, trata-se de uma placa que já existia em armazém, à semelhança de outras que já tinham sido feitas no anterior mandato e que estavam guardadas em armazém, tendo agora sido colocadas nos respetivos locais do concelho. Deu nota que esta questão foi levada em reunião de Câmara pelo Senhor Vereador José Cardoso, sendo que na altura foi-lhe respondido, claramente, que se as placas não estavam bem a Câmara ia verificar o que foi decidido, na época, pela Comissão de Toponímia, porque muito embora essa Comissão tenha perdido essa competência, que atualmente pertence à Câmara, ainda assim, pretendiam repor alguma legitimidade às decisões que anteriormente foram tomadas por essa Comissão. -----

Relativamente ao Centro de Saúde, indicou que também está à espera de respostas, que não detém ainda. Sendo que, gostaria que essa resposta fosse dada pelo o Senhor Diretor do Centro de Saúde de Manteigas, que se encontra presente nesta sessão na qualidade de Deputado da Assembleia, mas que no seu ponto de vista também não poderá “despir a camisola de Diretor do Centro de Saúde”, tal como não a “despiu” quando expos no órgão Deliberativo a realidade do Centro de Saúde e aquilo que se vive lá dentro. -----

Informou que solicitou à Senhora Presidente da Direção da ULS, que desse conhecimento à Câmara do que se estava a passar. Há comunicação escrita, nesse sentido, cuja cópia poderá fazer chegar ao Senhor Presidente da Assembleia, no sentido de este dar conhecimento da mesma aos Senhores Deputados. -----

No que concerne à conduta da água, referiu que tomou nota do assunto e que ia verificar o que se passa. -----

-----PONTO 2.2-----

-----APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR-----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, fez alusão à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, quando referiu que o Senhor Albino Leitão apresentou, nesta reunião, correções à ata da reunião anterior, quando neste momento não é Deputado Municipal. Explanou que esta é uma situação que, no seu ponto de vista, futuramente terá de ser revista e sanada em Regimento da Assembleia Municipal. Isto porque os Senhores Deputados em regime de substituição dos membros efetivos deste Órgão Deliberativo, quando estão presentes nas reuniões deste Órgão, fazem intervenções, apreciações, integram votações, portanto fazem parte das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal. -----

Explanou que o Senhor Albino Cardoso esteve presente na reunião de 30 de novembro de 2018,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

J. J. Santos

como Deputado Municipal, em substituição do Senhor Deputado Municipal José Novo de Matos (Presidente da Mesa). Como na presente reunião, o Senhor Albino Cardoso já não desempenha as funções de Deputado (inclusivamente, apenas teve conhecimento da Ata, porque o Presidente da Mesa autorizou que tal documento lhe fosse cedido) já não tem a oportunidade de introduzir na ata as correções que considera pertinentes, relativamente às intervenções que realizou na reunião supracitada. Considerou não ser justo, que o Senhor Albino Cardoso, ou qualquer outro Deputado que venha substituir um membro efetivo desta Assembleia, não possa verificar se aquilo que verteu para a ata, está em conformidade com as intervenções que realizou na dita reunião e caso seja pertinente proponha correções à ata. -----

Reiterou que este é um problema que terá que se resolver futuramente, tendo deixado a sugestão aos elementos da Comissão da revisão do Regimento, para que esta situação seja contemplada em Regimento. -----

No que concerne à ata propriamente dita, referiu que o Senhor Deputado António Fraga, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria e a Senhora Primeira Secretária da Mesa, remeteram à Mesa da Assembleia pequenas correções à ata, tendo as mesmas sido consideradas e integradas na atual proposta de ata. Questionou se mais alguém desejava a apresentar propostas de correção à ata. Verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou a **Ata número sete da Sessão da Assembleia Municipal de trinta de novembro de dois mil e dezoito** à votação, tendo **sido aprovada por maioria, com três abstenções e dezasseis votos a favor**. Duas das abstenções foram justificadas pelo motivo de os Senhores Deputados não terem estado presentes na anterior reunião. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Explanou que a sua abstenção à ata não se prende com o conteúdo da mesma. Recordou que foi a primeira pessoa, neste mandato, a levantar a questão de a ata ter sessenta páginas e de uma funcionária do Município estar adstrita ao trabalho de redação da ata, durante um mês. Sendo que, na altura, referiu que enquanto Deputado da Assembleia Municipal não podia criticar nenhum funcionário da Câmara, a partir do momento em que obrigam um funcionário a estar um mês a trabalhar para uma ata. Declarou que enquanto as atas continuarem a ter este formato, não votará a favor de nenhuma. -----

----- PONTO 2.3 -----

----- CONHECIMENTO DO EXPEDIENTE RECEBIDO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES -----

----- O Senhor Presidente da Mesa recordou que todo o expediente que recebe em nome da Assembleia Municipal, é imediatamente remetido para os Senhores Deputados, de modo a terem conhecimento do mesmo. Aludiu que, de todo o expediente recebido, o que mais o impressionou é que o Governo votou contra a proposta de projeto-lei dos Verdes, para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Sentiu

J

anulação das Portagens na A23 e A25. Disse que era óbvio que os outros partidos votariam contra, contudo o que achou mais impressionante é que a maior parte dos elementos do Partido Socialista votaram contra essa proposta, embora tenha havido alguns elementos do Partido Socialista, mais sensíveis a esta causa e talvez oriundo do Interior do País, que votaram a favor. Esta votação levou a que o projeto dos Verdes não fosse aprovado. Considerou que apesar de se tratar de política nacional, mas é importante para esta zona, pois tal decisão interfere diretamente com a realidade destas terras que são servidas pelas A23. -----

Recordou que ele próprio já tinha proposto nesta Assembleia Municipal, uma Moção pela eliminação nas Portagens na A23 e A25 e que na altura foi aprovada por unanimidade, pois é a única forma de desenvolver esta área da Beira Interior e da Serra da Estrela. -----

O Senhor Presidente da Mesa, não tendo mais expediente e informação a prestar aos Senhores Deputados, deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha solicitou a palavra, alertou que antes de passarem ao próximo ponto que está agendado na Ordem de Trabalhos, que é o “*Período da Ordem do Dia*”, faltava o ponto “*2.4 Intervenções dos Senhores Deputados antes da Ordem do Dia.*”, que não constava nesta Ordem de Trabalhos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa admitiu que o não agendamento do ponto “*2.4 Intervenções dos Senhores Deputados antes da Ordem do Dia*, na Ordem de Trabalhos desta reunião, se deveu a um lapso. Como tal, propôs a alteração da Ordem de Trabalhos, com o aditamento de um ponto com a seguinte designação: “*2.4. Intervenções dos Senhores Deputados antes da Ordem do Dia.*” Colocou à votação tal proposta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e como tal, foi aditado o ponto supracitado à Ordem de Trabalhos desta reunião. -----

----- PONTO 2.4 -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O Senhor Presidente da Mesa aceitou as inscrições dos Senhores Deputados que manifestaram intenção de intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos. Em seguida, concedeu a palavra à Senhora Deputada Odete Ganilha. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Recordou que na reunião da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2018, o Executivo Municipal foi alertado para o estado de conservação do parque infantil, junto à Música Nova. Em 12 de fevereiro do corrente ano, infelizmente, chega através do Facebook uma fotografia que demonstra o estado desse parque infantil, tendo feito circular a referida fotografia pelos Senhores Deputados. Ou seja, através do Município passou a estar disponível para todo o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

J. Santiago

mundo esta imagem. Referiu que a pessoa que publicou tal fotografia apenas comenta, e passou a citar: “*sem palavras*”. -----

Em 14 de fevereiro de 2019, dois dias depois, consta das funções da Senhora Vice-Presidente, na Informação remetida à Assembleia Municipal - verificação no local do início das obras de recuperação. Indicou que, no dia anterior a esta reunião, se tinha deslocado ao local e viu que o referido parque infantil agora se encontra vedado. Refletiu que a sua preocupação se prende com o facto de a Expo-Estrela ter início daqui por sete dias e fica situada ao lado deste parque infantil. Questionou se está previsto que os trabalhos sejam concluídos até essa data. -----

Mencionou que esteve a ver um contrato de aquisição de mobiliário e equipamento para a estação de resgate da montanha, tendo sido assinado no dia 17 de dezembro de 2018, por uma empresa sediada na Guarda, designada de *TRACOINOX*. Nesse seguimento, referiu que foi verificar o Alvará, o CAE e o Facebook da empresa supracitada. Sendo que primeiro ficou apreensiva relativamente ao Alvará, visto que no IMPIC apenas consta climatização, sendo que no site da empresa supracitada, menciona as áreas comerciais e nenhuma faz parte do que foi contratado, o CAE igualmente. No entanto, disse que ficou admirada e muito triste porque no Facebook da mesma empresa, no dia 19 de fevereiro aparece uma publicação com fotografias e com o texto, que em seguida citou: “*A TRACOINOX tem o gosto de apresentar a última obra em que esteve envolvida, a criação da parede de escalada no centro de Energia Viva de Montanha em Manteigas*”. (Fim de citação). Portanto, teve conhecimento da obra através do Facebook da empresa *TRACOINOX*. Relativamente ao facto de no Alvará da dita empresa, constar unicamente a climatização, considerou que os técnicos do Município devem ter tido isso em atenção. -----

Prosseguiu a sua explanação, referindo que no dia 21 de dezembro de 2017 é celebrado um contrato de aquisição de serviços de recursos humanos, em regime de avença com a empresa *Consultadoria LDA*, cujo preço total de aquisição dos serviços é de dezoito mil, seiscentos e vinte e dois euros (18.622,00€) + IVA. O contrato teve início a 22 de dezembro de 2017 e terminou em 31 de dezembro de 2018. Em 16 de janeiro deste ano é celebrado um novo contrato, agora de prestação de serviços de assessoria técnica na área financeira pela empresa *Consultadoria LDA*, cujo o preço total de prestação de serviços é de quarenta e nove mil e quinhentos euros (49.500,00€) + IVA. O contrato tem início no dia 01 de janeiro de 2019 e mantêm-se por trinta e seis meses, ou seja, até dia 01 de janeiro de 2022. -----

Explicou que a conclusão a que pretendia chegar, é que nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019 consta trinta e um mil euros (31.000,00€), mais onze mil euros (11.000,00€) que em 2018, para horas extraordinárias. Está previsto a criação de mais cinco postos de trabalho no Mapa de Pessoal. Em 2019 temos na rúbrica de *Estudos, Pareceres,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Projetos e Consultadoria no valor de trinta mil euros (30.000,00€), exatamente o mesmo valor que em 2018. Ambos os contratos contabilisticamente têm o mesmo cabimento, a mesma respetiva dotação orçamental, por isso questionava onde está a parte da redução dos custos. Isto porque a contratação de cinco postos de trabalho, era para reduzir as prestações de serviço, contudo no dia 01 de janeiro de 2019 voltou a ser renovada uma prestação de serviços durante três anos. -----

Aludiu que, na última reunião da Assembleia Municipal, tinha referido que o Infantário Favo de Mel levava os seus utentes à Piscina Municipal da Guarda e como meio de transporte utilizam o autocarro da Câmara Municipal de Manteigas. Segundo o Regulamento em vigor de cedência de utilização de viaturas municipais, no artigo 17º, o referido Jardim de Infância não está isento do pagamento das respetivas taxas, por não se tratar de um jardim de infância de responsabilidade Municipal, no entanto o Senhor Presidente disse e passou a citar: *“percebo a sua cunha”*. Em conversa informal com uma pessoa do grupo parlamentar do PS, disse ter entendido, posteriormente, a parte da cunha, e por isso pretendia que ficasse esclarecido, tal como está na ata, que apenas entreviu no sentido de sugerir que a medida da natação fosse alargada às crianças da Pré-escola. -----

Avocou que, no seguimento da análise deste regulamento, surgiu-lhe uma dúvida que gostaria de ver esclarecida, uma vez que no n.º 1 do artigo 4 do Regulamento supracitado é referido: *“são condições de cedência de uso de viaturas municipais a utilização no âmbito da realização ou participação em atividades ou eventos de natureza desportiva.”* No artigo 6º refere: *“apenas têm legitimidade para solicitar a cedência do uso de viaturas municipais as seguintes entidades:”* (...) entre elas (...) *“Associações Desportivas.”* O artigo 7º menciona: *“em caso de acumulação de pedidos na mesma data para a mesma viatura estabelece-se a seguinte ordem: primeiro empresas municipais, segundo estabelecimentos de ensino, terceiro clubes desportivos participantes em competições oficiais”*. O artigo 17.º diz: *“estão isentos de pagamento as seguintes entidades: (...) c) as entidades com as quais a Autarquia tenha celebrado um protocolo”*. -----

Referiu que após ter realizado uma nova pesquisa, encontrou a ata n.º 02/1999 da Câmara Municipal de Manteigas de 27 de janeiro, sobre a presidência do Dr. José Manuel Custódia Biscaia, em que foi deliberado por unanimidade o protocolo entre a Câmara Municipal e a Associação Desportiva de Manteigas, tendo citado a 6ª cláusula: *“atentas às realidades vigentes e às correções que urge introduzir, as entidades subscritoras do presente protocolo acordam, o seguinte: a Câmara concede à Associação os seguintes apoios: “construção de uma bancada central, transporte dos atletas envolvidos em competições”*. No entanto, na cláusula 8ª diz: *“A Câmara e a Associação comprometem-se ao cumprimento nos termos da boa-fé do presente*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

J. Santos

protocolo a ser renegociado anualmente". Explicou que a sua pergunta ia no sentido de saber se este protocolo foi renegociado, porque foi uma informação que não conseguiu encontrar. Sendo que gostaria de ter acesso ao último protocolo, ou ao atual. -----

Alertou para o facto de que no *site* da Câmara Municipal, relativamente à Assembleia Municipal, no mandato 2017/2021, apenas consta uma única ata disponível para consulta pública. -----

Fez alusão ao regulamento dos Resíduos Sólidos e Urbanos da Câmara Municipal, que no seu artigo 3.º *Planeamento e Gestão*, n.º 1 refere: "*Compete à Câmara Municipal de Manteigas ou a quem ela determinar, efetuar o planeamento, a organização, a recolha, o transporte (...) dos resíduos sólidos urbanos em toda a área do concelho de Manteigas*". Explicou que já tinha pensado em trazer este assunto à Assembleia Municipal, já há algum tempo, no entanto, por erradamente julgar que era a única a evidenciar este aspeto foi adiando essa exposição, até que percebeu em conversas informais, que não era a única a reparar no que em seguida ia expor.----

Aludiu que, para exemplificar melhor, ia abordar o seu caso pessoal: se entrar ao serviço às nove horas da manhã, encontra o transporte municipal de recolha de resíduos sólidos urbanos no portão principal, e única entrada, do Infantário da sua filha; se entrar ao serviço às oito horas da manhã, ao deixar o seu filho no Patronato, encontra o mesmo transporte no cruzamento para as urgências e, mais uma vez, é a única passagem para esse local. Se a recolha é em toda a área do concelho de Manteigas, questionou se é obrigatório, ou mais vantajoso, ou se há algum motivo em específico, para que a recolha do lixo no centro da Vila seja realizada a essas horas. Explicou que colocava esta questão pois pode haver alguma razão para o efeito, que desconheça. -----

Por último, referiu que o Grupo Municipal do PSD pretendia apresentar um voto de pesar, que leu e quem em seguida se transcreve:

"Por todas as vítimas de violência doméstica em Portugal.

A esmagadora maioria das vítimas de violência doméstica no mundo são mulheres.

Em Portugal no ano de 2018, no contexto de violência doméstica foram assassinadas 28 mulheres, mais oito do que em 2017. Este ano já morreram 10 mulheres, 1 criança de 2 anos e um homem, no total 12 vítimas do mesmo contexto.

Estes números crescentes, de violência são verdadeiramente preocupantes e merecem a nossa mais profunda reprovação.

Dia após dia, é eminente a necessidade de se investir na prevenção e no combate à violência doméstica, sendo esta uma inaceitável e nítida violação dos direitos humanos, que deixam marcas profundas irremediáveis à vítima, à família que na maior parte dos casos envolve crianças e que nitidamente nós, todos nós, não estamos a conseguir, quer reduzir o número de vítimas, quer responder às necessidades fundamentais das mesmas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Grupo Parlamentar do PSD, não poderia deixar de expressar o seu pesar por todas as vítimas de violência em Portugal, tal como pelo aumento do número de mortes associadas a este contexto.

«A violência é o último refúgio do incompetente.»

Isaac Asimov

Luís José dos Santos Melo

Manteigas, 22 de Fevereiro de 2019

O Grupo Municipal do PSD – Manteigas

Os Subscritores

António José Ascensão Fraga

Rogério Sousa Batista

Nuno Manuel Matos Soares

Ana Maria Saraiva Matos

António Miguel Aldeia Carvalho

Odete da Graça David Ganiha Almeida

Daniel António Quaresma Costa

Eduardo de Matos Monteiro

Alfredo Serra de Carvalho Marcelo

António Pedro Santos Leitão

Joaquim Martins Fonseca Albuquerque

José Manuel Novo de Matos

João Abrantes Gaspar

Patrícia Alexandra dos Santos Martins

Joaquim Neves Biscaia

Paulo Manuel dos Santos Costa

Carlos Manuel Figueiredo Viegas

Nuno Miguel Fernandes Gonçalves”

----- O Senhor Presidente da Mesa propôs que esse voto de pesar ficasse à disposição de todos os Senhores Deputados Municipais que o queiram subscrever. Porque considera que esta tem de ter uma atitude coletiva. Explicou que não é menosprezar a ideia do PSD, antes pelo contrário, é relevá-la, para depois esse voto de pesar ser remetido para a Senhora Ministra da Justiça, para a tutela e para o Excelentíssimo Senhor Presidente da República. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

J
Santiago

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro tomou a palavra, indicou que apesar de não ter combinado nada com a Senhora Deputada Odete Ganilha, mas que também tinha escrito um texto sobre a violência doméstica. Sendo que apenas ia fazer um complemento ao que já tinha sido referido. Fez menção que nesta data se celebra o Dia Europeu da Vítima de Crime. Recordou que já há uns anos que a violência doméstica é um crime público, o que significa que qualquer um pode denunciar. Em jeito de conclusão, disse que gostaria de sugerir ao Município, uma vez que a Câmara é uma das instituições que deve atuar, no âmbito da cidadania e da igualdade de género a nível local, para que esta entidade em coordenação com o Gabinete Social do Município esteja a tento a este tipo de situações, e caso seja necessário que se crie um espaço de apoio à vítima de violência doméstica, com vista a proporcionar-se um atendimento confidencial, encaminhando cada um dos casos conforme a gravidade dos mesmos. Esta é uma medida que já vários Municípios estão a tomar. -----

Tal como a Senhor Deputada Odete Ganilha referiu, há um aumento de violência doméstica em Portugal, já são doze as pessoas que foram assassinadas, incluindo uma criança de dois anos de idade. É uma autêntica epidemia, é um problema que não conhece barreiras demográficas, nem geográficas, ou seja, não está só restrito aos grandes centros urbanos. Disse que deixava apenas esta sugestão, sendo certo que acreditava que o Gabinete Social já esteja atento a esta situação. -----

Prosseguiu referido que gostaria de saudar o Senhor Presidente da Câmara, uma vez que teve oportunidade de ler as declarações realizadas por este na comunicação social, sobre os túneis da Serra da Estrela. Explicitou que este é um assunto que já há muitos anos que se tem vindo a falar. Considerou que toda a gente gostaria de ter os túneis, desconhece se é possível, contudo vale a pena lutar por isso. -----

Explanou que o terceiro ponto que pretendia abordar, já foi referido pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que é a questão da abolição das portagens na A23. Referiu que ia falar essencialmente na A23, porque é a área que nos diz mais respeito, sendo que pretendia deixar um pequeno desabafo: não vale a pena os Partidos falarem em interioridade e descentralização, nomeadamente o PS e o PSD, que são os partidos que mais tempo estiveram no Governo, porque na hora da verdade e na hora das votações cruciais, há as votações que são conhecidas. Não nos podemos esquecer que há Deputados eleitos com o nosso voto, que representam este distrito e esses Deputados podem não ter votado contra, ou até podem ter votado a favor, mas também é trabalho deles tentar passar para os seus colegas, na Assembleia da República, as dificuldades pelas quais o Interior passa. Declarou que não vale a pena andarmos a dizer que tem de haver discriminação positiva, quando na hora da verdade é o que se vê. Afirmou que esta crítica não era apenas dirigida ao partido que neste momento está no Governo ou à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António

2

conjuntura que está no Governo, mas também ao meu próprio partido, porque também tem culpa desta situação. -----

Por último, referiu que acedeu ao base.gov, local onde a Câmara Municipal publica os contratos de ajuste direto, tendo verificado uma aquisição de serviços para implementação do Plano de Combate ao Insucesso Escolar, tratando-se de três contratos de ajuste direto. São três contratos com pessoa singular, cerca de oito mil euros (8.000,00€) e o prazo de execução é de 242 dias. Disse que gostaria de saber, não pelo valor em causa, mas este Plano de Combate ao Insucesso Escolar baseia-se em quê? Foi coordenado com a escola de Manteigas? Percebe-se que o objetivo é combater o insucesso escolar, mas qual é realmente o insucesso escolar que existe no concelho? Será assim tanto? -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão entregou três requerimentos à Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa leu um dos requerimentos, que em seguida se transcreve:

“António Pedro Santos Leitão, deputado pelo Grupo Unir e Mudar Manteigas, vem por este meio requerer a V. Exa. que se digne disponibilizar cópia da Ata da reunião de 29 de Junho de 2018, com as alterações votadas e aprovadas na reunião de 29 de Setembro de 2018.

Mais, requer a disponibilização da gravação da reunião.

Espera deferimento,

O Deputado,

António Pedro Santos Leitão

Manteigas, 22 de Fevereiro de 2019”

Em relação ao primeiro ponto, o Senhor Presidente da Mesa referiu que julgava que a ata atualizada já está disponível no *site* da Câmara, para consulta. Relativamente à disponibilização da gravação da reunião, aludiu que desconhecia se segundo a proteção de dados, é possível ser disponibilizada individualmente a gravação total das reuniões, sendo que ia informar-se desse assunto e depois comunicava ao Senhor Deputado Pedro Leitão. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão solicitou que a resposta aos requerimentos apresentados à Mesa da Assembleia Municipal fosse remetida por escrito. Aludiu que, a Senhora Dra. Fernanda Cardoso já lhe tinha dado conhecimento que a ata já estava disponível no *site* da Câmara, sendo que o próprio já a tinha visto, ainda assim pretendia que fosse dada resposta o seu requerimento e entregue cópia dessa ata. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa anuiu que responderia ao Senhor Deputado Pedro Leitão por escrito, conforme solicitado por este. Em seguida, concedeu a palavra ao Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

D *Ganilha*

Presidente da Câmara, com vista a prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, fez alusão que a Senhora Deputada Odete Ganilha tinha recordado que, em junho do ano transato, tinha chamado à atenção para o estado em que se encontrava o parque infantil supracitado, e que em 12 de Fevereiro foram publicadas fotografias. Declarou que também conhecia as imagens que a Senhora Deputada Odete Ganilha trouxe a esta Assembleia, tendo afirmado que as mesmas já são velhas, porque depois disso, o local já apresenta um aspeto completamente diferente. De qualquer forma as intervenções da Senhora Deputada Odete Ganilha são sempre oportunas, sendo esta tão oportuna, que nesta mesma data seria descarregado equipamento novo para aquele parque infantil. -----

Deu conhecimento que aquele equipamento foi fiscalizado, à semelhança do que aconteceu com os outros equipamentos infantis, estando a Câmara sujeita ao cumprimento da lei e a mesma é fiscalizada pela ASAE, que faz um périplo pelos diversos Municípios, levantando problemas existentes nos parques infantis. Alegou que por vezes a ASAE faz essa ação de forma punitiva, mas na maioria das vezes é de uma forma pedagógica. Explanou que através dos relatórios dessas vistorias, chegou-se ao conhecimento de particularidades que não estão finadas em termos técnicos na Câmara, tal como a lei exige. Após a receção desses relatórios, verificou-se o que se estava a passar e foram encomendados equipamentos novos para este parque infantil. -----

Deu conhecimento que, a *TRACOINOX* é uma empresa que forneceu equipamentos para a Câmara. Disse que ia averiguar junto dos serviços técnicos a questão do Alvará, suscitada pela Senhora Deputada Odete Ganilha, e se a referida empresa está habilitada a fornecer equipamento. Contudo, presumia que sim, pois considerou que os técnicos da Câmara, que já fazem isto há tantos anos e conhecem tão bem a legislação, tenham precavido essa situação. Referiu que a Senhora Deputada Odete Ganilha tinha avocado que só teve conhecimento deste equipamento, nesta data, através de uma publicação no Facebook. O Senhor Presidente da Câmara respondeu que isso aconteceu, porque eventualmente durante os dois últimos anos, a Senhora Deputada não tinha dado conta que já estava a desenvolver-se um projeto, pois o projeto do Centro de Energia de Montanha já vem do mandato anterior, sendo que esse equipamento já estava definido no projeto em causa. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha explicou que apenas abordou esse assunto porque, por norma, nos contratos é definido que as empresas não podem publicar nada antes da entidade interessada publicitar a obra. Avocou que a maioria dos cidadãos de Manteigas não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

D. Santos

conhecem aquela empresa, depois vão ao Facebook e vêem aquela publicação de uma obra em Manteigas. Disse que apenas deixava esse alerta para futuros contratos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que não podia exigir à empresa supracitada, que não publicasse as fotografias. Esclareceu que aquele equipamento está em construção neste momento. Sendo que todas as empresas que concorrem a estas obras, referem no seu currículo todas as obras e equipamentos que já têm fornecidos no mercado, independentemente se as obras estão ou não inauguradas. Declarou que quando o projeto estiver completo depois terão a oportunidade de mostrar à população aquele equipamento. Mais acrescentou, que se trata de um projeto que já deveria estar concluído e se não está, não é por culpa da Câmara, nem do atual nem do anterior Executivo, tem a ver com as entidades protocoladas que, infelizmente, não cumprem com as suas obrigações a tempo e horas, pois aquela obra deveria ser entregue no final do mês de fevereiro. -----

No que diz respeito à aquisição de serviços de consultadoria na área da Contabilidade, referiu que é verdade que havia um contrato de dezasseis mil, cento e vinte euros (16.120,00€), que terminou há bem pouco tempo. Elucidou que se tratava de um contrato que tinha sido feito para uma funcionária que estava na Câmara em regime precário, tendo a mesma integrado o Quadro da Câmara, através da Lei dos Precários. Neste momento, é necessário continuar com outro contrato de prestação de serviços com o Técnico Oficial de Contas. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha interpelou se esse contrato continuava com o mesmo valor que estava definido anteriormente. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que não é com o mesmo valor. Explicou eram dois contratos de prestação de serviços completamente distintos, um no valor de quarenta e nove mil e quinhentos euros (49.500,00€), e outro no valor de dezasseis mil, cento e vinte euros (16.120,00€). Um dos contratos era no âmbito da assessoria técnica na área da contabilidade prestado pela empresa em causa, e o outro era para prestação de serviços por parte de uma funcionária, da mesma empresa, mas que estava deslocada nas instalações da Câmara, este último contrato terminou, o outro continuou. -----

Relativamente ao Infantário Favo de Mel, disse que desconhecia o que a Senhora Deputada Odete Ganilha quis dizer relativamente a esse assunto, contudo o que tinha dito e que se passa a citar foi: *“não aceito a sua cunha porque o Regulamento é para cumprir”*. Aconselhou a Senhora Deputada a consultar a gravação da respetiva reunião. -----

No que diz respeito ao protocolo celebrado com a ADM em 1999, aludiu que tinha a certeza que depois dessa data já houve outros protocolos celebrados, existindo um protocolo em vigor que poderá ser facultado à Senhora Deputada Odete Ganilha. O protocolo supracitado tem cláusulas que referem os termos de rescisão do mesmo, sendo que julgava que enquanto não houver a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

D. Santos

denuncia de nenhuma das partes, o mesmo continuará em vigor. O Senhor Presidente indicou que caso a Senhora Deputada Odete Ganilha pretenda ter acesso a todos os protocolos que foram celebrados até hoje, os mesmos ser-lhe-ão fornecidos. -----

Deu conhecimento que às atas da Assembleia já estão publicadas no *site* da Câmara. No que concerne à recolha dos resíduos sólidos urbanos disse não ter entendido a questão explanada pela Senhora Deputada Odete Ganilha. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha esclareceu que a sua pergunta ia no sentido de saber se há algum motivo, para que a recolha dos resíduos sólidos urbanos seja realizada no centro da Vila entre as sete horas e as nove horas da manhã. Isto porque, por norma, é nesse horário que as pessoas saem para trabalhar, para deixar os filhos na escola. Eventualmente, nesse horário a recolha dos resíduos sólidos poderia ser efetuada nas zonas periféricas da Vila, onde há menos circulação. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara anuiu que se ia analisar essa situação, pois de facto nas zonas da Vila onde há mais circulação, essa recolha dos resíduos sólidos deve ser feita antes do período de maior circulação de viaturas. -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Eduardo Monteiro, referiu que todos nós somos sensíveis às questões da violência doméstica, sobretudo atendendo que o número de casos tem vindo a aumentar, nomeadamente no ano transato e no ano curso. Reiterou que esta é uma questão que nos preocupa a todos e o Gabinete Social, naturalmente, que fará tudo aquilo que for necessário para intervirmos nesta área. Declarou que a Senhora Vice-Presidente tem o pelouro da área social, sendo que a sugestão do Senhor Deputado Eduardo Monteiro foi registada, no sentido de reforçarmos ainda mais a atenção sobre este problema. A questão dos túneis, considerou que se pode agendar essa questão para uma Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra, concordou que esse é um tema que pode ser agendado para uma próxima reunião da Assembleia Municipal. Recordou que a ideia dos túneis teve início consigo e com o Senhor José Maria, há muitos anos atrás e, na altura, tiveram a hipótese de o Ministro de então, que era do Partido Socialista, levar este assunto avante, só que entretanto ele saiu e ficou tudo bloqueado. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara prosseguiu com a sua explanação. Referiu que a questão dos túneis será discutida na Câmara e na Assembleia Municipal, sendo que há momentos próprios para se discutir as questões. Recordou que houve uma época em que existiu toda uma discussão à volta dos túneis que, no meu ponto de vista, deveria ter sido um pouco mais alargada, porque os túneis da Serra da Estrela não dizem respeito só a Manteigas, ou a Gouveia, ou eventualmente à Covilhã, dizem respeito a outros concelhos que ficam periféricos a esta ligação, dizem respeito à economia nacional e em particular à economia desta região



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

J. Santos

centro. Explanou que é nesse sentido que tem de se alargar esta discussão e é isso que tem feito. -----

Sublinhou que por vezes as coisas não se fazem, porque não falamos delas. Aludiu que houve mais preocupação na Assembleia da República, por parte de um Senhor Deputado que, curiosamente, não estava mandatado para o fazer, nem tinha falado com ninguém para o efeito, apenas tinha ouvido algumas coisas que nós íamos dizendo por cá. Nesse seguimento, o Senhor Deputado da Assembleia da República interpelou o Senhor Ministro das Infraestruturas sobre o assunto, cuja resposta deste último foi que isso não estava em previsto no Plano Rodoviário Nacional. O Senhor Presidente da Câmara declarou que isso era óbvio, pois se os túneis estivessem previstos não era preciso defenderem a sua construção. -----

Explanou que há também momentos nas Comunidades Intermunicipais, em que há posições adversas, às vezes inicia-se uma discussão e tem de se perceber que temos de aguardar por melhores oportunidades, porque as pessoas também vão mudando nas instituições e quem faz as instituições são as pessoas. No seu ponto de vista, estaremos no melhor momento para brevemente começarem a discutir os túneis da Serra da Estrela, de uma forma muito mais sustentada, envolvendo outras Comunidades Intermunicipais, a quem interessa tanto ou mais do que nós os túneis da Serra da Estrela. -----

Avocou que, por outro lado, não devemos dissociar a questão da construção dos túneis, da questão da circulação e do acesso das viaturas ao ponto mais alto da Serra da Estrela, isto se queremos atingir um leque mais alargado de interessados. Assim como, tem que se envolver outros pensamentos, mesmo aqueles que mais radicais em termos ambientalistas, podem ser contra o acesso de qualquer automóvel ao topo da Serra, aos dois mil metros de altitude, que é onde está o patamar tipo 1 de defesa ambiental do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela. -----

No que diz respeito ao processo do Combate ao Insucesso Escolar, trata-se de um projeto que está inscrito no Pacto da Comunidade Intermunicipal, para financiamento a todas as Autarquias que fazem parte da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela (CIM BSE). Mencionou que no seu ponto de vista, e na ideia já manifesta pelo anterior Presidente da Câmara, o Senhor Vereador José Biscaia, este é um projeto que não deveria ser da Comunidade Intermunicipal. As Comunidades Intermunicipais não deveriam ter a tarefa do combate ao insucesso escolar, esta deveria ser uma tarefa do Estado, contudo foi integrada no Pacto da CIM e tiveram que a aceitar. Informou que este projeto tinha verbas muito elevadas, em relação aquilo que podia ser o combate ao insucesso escolar em Manteigas, tendo afirmado que ainda não se sabe exatamente o que é. Houve um levantamento feito pela Comunidade Intermunicipal junto do Agrupamento de Escolas de Manteigas. Há uma perspetiva do projeto que aponta, nesta primeira fase, para a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

D. Santos

definição de ações concretas, no que diz respeito à forma como os alunos lidam com o meio escolar, com os professores, com as matérias; como os próprios professores, os próprios pais e alunos interagem em relação às questões da comunidade escolar e em relação as questões de vivência e interação dentro da própria habitação. Portanto, há uma séria de questões que, neste momento, se estão a desenvolver para clarificar, exatamente, o que deve ser este projeto de uma forma mais sustentada. -----

Informou que há uma sala sensorial que tem de ser equipada, até porque a candidatura tem rubricas específicas, com dotações específicas para essa área, assim como também tem para os recursos humanos. Referiu que, tal como Senhor Deputado Eduardo Monteiro tinha frisado na sua intervenção, era necessário recrutar três recursos humanos para esta primeira intervenção de definição e preparação das ações do projeto de Combate ao Insucesso Escolar. Nesse sentido foram contratadas três técnicas superiores para o projeto, através de um processo de ajuste direto simplificado. Explicou que o projeto já deveria de estar em funcionamento há algum tempo e tem uma gestão rápida, por esse motivo não era possível desenvolver o processo de recrutamento de pessoal, que demora no mínimo um ano. -----

Sublinhou que a Câmara de Manteigas tem procedimentos concursais em curso há muitos meses e sabemos que nenhum deles vai demorar menos de um ano, sobretudo porque o júri têm de ser constituído por pessoal interno e é extremamente difícil, neste momento, desenvolver os concursos, quando ao mesmo tempo os funcionários têm que continuar a desenvolver todo o trabalho corrente para satisfazer as necessidades do Municípios do concelho. Aludiu que pelos motivos apresentados, houve o recurso à contratualização através do ajuste direto simplificado. - Deu conhecimento que já houve reuniões com a comunidade escolar, com o Agrupamento de Escolas, com a AFACIDASE, com a CPCJ, com a Escola de Hotelaria. Já foram feitas visitas e levantamentos às escolas, relativamente ao número de alunos desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário, bem como o número de alunos com necessidades de educação especial. Neste momento, foi também efetuado o contacto com empresas, para se tentar perceber quais são os alunos e a que nível têm dificuldades cognitivas, quais os equipamentos que se adaptam à resolução deste problema. Segundo o que foi informado, a equipa técnica tem formação e experiência, pelo menos assim foi reconhecido pelo Gabinete Social da Câmara Municipal, nomeadamente pela Técnica de Ação Social, que se tem empenhado bastante em relação a esta matéria. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro solicitou a palavra, referiu que atendendo aos esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente, gostaria, se fosse possível, que lhe fosse facultado um documento com essa informação. Declarou que não tinha nada contra o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Fantius

J

recrutamento ter sido feito com o recurso ao ajuste direto, contudo também gostaria de saber quais as competências que têm as pessoas em causa para este projeto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara assegurou que faria chegar toda a informação relativa a este concurso, ao Senhor Deputado Eduardo Monteiro. -----

----- O Senhor Deputado Luís Melo questionou se esse ajuste direto foi estabelecido a priori, se não foi consultada a Bolsa de Emprego Público (BEP) para se verificar se há pessoas disponíveis em mobilidade interna. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que não houve a consulta ao BEP, visto que ao recorre-se a um processo de ajuste direto simplificado, não se vai recorrer à mobilidade, porque um processo de recurso à mobilidade demora um mês e este processo tinha de ser célere. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que o Senhor Presidente da Câmara tinha-lhe telefonado, para dar conhecimento que tinham sido publicados mais quatro Decretos-Lei, no âmbito da transferência de competências para as Autarquias Locais, sendo urgente, devido aos prazos, que a Assembleia Municipal se pronuncia-se sobre os mesmos. Explicou que este ponto não foi agendado atempadamente na Ordem de Trabalhos, não por culpa do Órgão Executivo nem dos funcionários do Município, mas devido ao facto de a estrutura da Câmara ter poucos funcionários para darem resposta a todo o trabalho da Câmara, sobretudo nesta área burocrática e administrativa. Explicou que a pessoa que estava a tratar deste assunto não estava ao serviço, por motivos pessoais e como tal, o assunto não foi remetido para a Assembleia Municipal atempadamente. Ainda assim, estava nas mãos do Órgão Deliberativo introduzir este ponto na Ordem de Trabalhos. -----

Recordou que na última Assembleia Municipal houve a decisão unânime de votar todos os decretos-lei na generalidade e não cada um por si, tendo sido deliberado por unanimidade não aceitar a transferência de competências, enquanto não houver o conhecimento do financiamento que será disponibilizado para essas competências e aquilo que os Executivos têm de fazer em função dessas competências. Portanto, enquanto a situação não for clarificada não podemos permitir que haja a transferência de competências, com prejuízo da própria Câmara e do próprio concelho. -----

Recentemente foram publicadas mais quatro competências, tendo os respetivos Decretos-Lei sido distribuídos aos Senhores Deputados, no início desta sessão. Os novos diplomas setoriais, a saber são: o decreto-lei 20/2019 de 30 de janeiro, que se trata de competências sobre centros de recolha e alojamento para hospedagem de animais de companhia, os alojamentos para hospedagem com fins lucrativos para reprodução e criação de animais potencialmente perigosos. Tendo o Município de dar resposta até dia 01 de abril; O decreto-lei 21/2019, relativo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

D. Santos

à gestão do funcionamento das escolas no âmbito da escolaridade obrigatória, tendo um prazo de resposta até dia 30 de abril; O decreto-lei 22/2019, relativo à competência para gerir, valorizar e conservar os imóveis classificados, que tenham significado para o Município, e os museus. Tendo data limite de comunicação até dia 01 de abril; O decreto-lei 23/2019, que define a competência para participar na gestão e na realização de investimentos para novas unidades de cuidados de saúde primários, bem como manter e conservar outros equipamentos de cuidados de saúde, gerir os trabalhadores que pertencem à carreira de assistente operacional dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), que pertencem ao Serviço Nacional de Saúde (SNS). Podendo o Município comunicar até dia 30 de março. -----

Declarou que no seu ponto de vista, não ia propor o agendamento de uma nova reunião Extraordinária da Assembleia Municipal, para decidir estes quatro diplomas, por isso apelou ao bom senso dos Senhores Deputados, no sentido destes Decretos-Lei serem apreciados e deliberados nesta reunião. -----

Face ao exposto, propôs que se inclua mais um ponto na Ordem de Trabalhos desta reunião, que seria designado de "3.2. *Apreciação, deliberação e votação sobre a transferência de competências, no âmbito da Lei n.º50/2018, de 16 de agosto, nomeadamente os Decreto-Lei n.º 20/2019 de 30 de janeiro, Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, Decreto-Lei n.º 22/2019 de 30 de janeiro, Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro.*" -----

Colocou à votação a introdução do ponto supracitado na Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes. No momento da votação não estava presente o Senhor Deputado Eduardo Monteiro, o Senhor Deputado Rogério Batista, o Senhor Deputado António Miguel, para exercer o seu direito de voto. -----

-----Período da Ordem do Dia-----

----- PONTO 3.1 -----

APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA

----- CONTRA INCÊNDIOS DE MANTEIGAS -----

----- O Senhor Presidente da Mesa referiu que este é um tema que muito o entusiasma, sendo que já há muitos anos que estuda este assunto. Deixou a sugestão, para aqueles que pretendam perceber um bocadinho deste tema, de um livro que saiu há cerca de dois ou três anos, da Fundação Francisco Manuel dos Santos, designado de "O Futuro da Floresta em Portugal". Avocou que antes de colocar este tema à discussão, ia conceder a palavra à pessoa que é responsável por esta área dentro da Assembleia Municipal, que é o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que teve a gentileza em 21 de fevereiro, imediatamente após a reunião da Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, de enviar um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

texto, onde apresenta uma síntese do que foi tratado nessa reunião. Solicitou ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria que lesse a síntese supracitada. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Aludiu que como representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, esteve presente na referida reunião da qual produziu uma breve síntese que leu e que em seguida se reproduz:

“No cumprimento das minhas obrigações enquanto Deputado e representante da Assembleia Municipal de Manteigas na Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI), venho pelo presente informar que a CMDFCI reuniu no pretérito dia 18, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto um – Consolidação do Plano Municipal Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) 2019-2028, de acordo com o despacho n.º 443-A/2018;

Ponto dois - Outros assuntos de interesse.

No ponto um, o PMDFCI 2019-2028 já tinha sido analisado e aprovado em reunião desta CMDFCI, no dia 29 de outubro último, posteriormente houve a necessidade de atualizar o PMDFCI por indicações técnicas e emanadas pelo ICNF.

Depois de todos os procedimentos legais terem sido concluídos, o ICNF ter emitido o parecer vinculativo positivo no dia 24 de janeiro de 2019, a consulta pública decorreu entre o dia 31 de janeiro e o dia 15 de fevereiro, não tendo havido qualquer tipo de contributo nesse âmbito. A CMDFCI reuniu para a efetiva consolidação do plano, tal como é exigido pela legislação vigente.

As alterações consistiram:

Em alguns locais, devido à inexistência de rede viária, foram substituídos alguns troços de Rede Primária, por mosaicos de gestão de combustível (como é o caso dos Poios Brancos, por exemplo), embora estas áreas prevejam uma intervenção adequada, como se de Rede Primária se tratasse.” (...)

Explicou que julgava que foi nos Poios Brancos e em Vale de Amoreira, que houve alteração de rede primária para mosaicos, precisamente, para não haver uma rede viária associada, porque é mesmo necessário. Ficou também deliberado nessa Comissão, que a intervenção que houver nesses locais de mosaicos, deixou de ser a rede primária, serão sempre adequados e são sempre muito parecidos com as intervenções iguais à da rede primária. -----

A outra alteração verificou-se (...) *“Nas faixas de gestão de combustível anexas à rede viária, segundo o ICNF, a legislação apenas obriga à intervenção em rede pública (de responsabilidade nacional e municipal); Em áreas baldias e particular dispensa-se essa intervenção.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

J. Santos

Nas faixas de proteção aos aglomeradas populacionais, o ICNF considerou que no PMDFCI, aprovado a 29 de outubro último, as faixas apresentavam uma expressão superior a 100m mínimos exigido, pelo que se determinou que as faixas passassem a ter os 100 m mínimos que a lei prevê e exige.

O PMDFCI depois de submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

No ponto dois, o Senhor Comandante Operacional da ANPC - Distrital referiu que há a necessidade de cumprir uma deliberação nacional da Proteção Civil, havendo a necessidade de ser elaborada e remetida à ANPC uma monitorização quinzenal referente à execução da rede secundária." (...)

Esclareceu que a rede secundária tem muito mais a ver com a Proteção Civil do que propriamente com a Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, porque incide mais sobre os aglomerados urbanos e não tanto com a floresta. -----

(...) "Referiu ainda que é necessário as Redes Primárias, Secundárias e Viárias estejam todas desobstruídas e tratadas para eficaz implantação no terreno do projeto Aldeia Segura – Pessoas Seguras.

A GNR (SEPNA) da Guarda apresentou, através de audiovisual, o que consiste e como irá desenvolver o projeto Floresta Segura para o próximo ano." (Fim de citação) -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou como é que se pode ter acesso à informação destes projetos: Aldeias Seguras e Floresta Segura. Interpelou se está *on-line*. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria esclareceu que esse projeto está *on-line* no *site* da GNR e do ICNF, sendo que a nível local ele tinha acompanhado um pouco este processo. As Juntas de Freguesias já colocaram as várias indicações de pontos de abrigo e pontos de refúgio, são sítios seguros em caso de incêndio, há muita sinalética a indicar esses pontos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para fazer uma breve explanação sobre o Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Avocou que o relato realizado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, enquanto representante da Assembleia Municipal, foi um relato preciso, conciso e exato daquilo que se passou nesta Comissão. -----

Explicou que um Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios desta ordem, tem cartas que já constavam no anterior, verificando-se uma diferença significativa com novas cartas que foram introduzidas, com novas áreas, nomeadamente com mosaicos e com decisões da Comissão. Declarou que esta Comissão funciona, é muito produtiva. Todas as entidades representadas nesta Comissão tratam os assuntos abertamente e com responsabilidade. Este foi um trabalho árduo, que teve de dar cumprimento a uma lei muito apertada, com prazos muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Santra

[Signature]

reduzidos, tendo sublinhado que foi o primeiro Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios de terceira geração aprovado no país. -----

Alegou que o concelho de Manteigas não quer chegar à contingência, que chegaram outros concelhos na zona Interior do país onde aconteceram situações dramáticas, por falta de um documento. Explanou que este documento não significa por si só que os problemas estejam ultrapassados. O documento é dinâmico, prevê ações para dez nos e aquilo que se pretende é monitorizar o Plano Municipal da Floresta Contra Incêndios, ainda antes do início do período crítico. É objetivo desta Comissão reunir antes desse período, para se perceber, claramente como é que os dispositivos estão, se estão disponíveis, se estão a funcionar, o que é que já foi feito e o que é absolutamente necessário fazer até ao início da época crítica. Havendo sempre um acompanhamento muito mais apertado do que tem sido feito, porque a exigência é exatamente essa. -----

Reiterou que todas as entidades envolvidas trabalharam neste plano, as discussões são intensas no seio da Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, no que diz respeito à clarificação das responsabilidades de cada uma das entidades, até porque estamos num território que tem uma percentagem acentuada de área florestal, com responsabilidades do Estado, a quem sempre apontamos o dedo quando as coisas não estão bem. Deu nota que chegaram à conclusão que a maior fraqueza, o cumprimento mais deficiente, aparece sempre do Estado, a quem não podem deixar de apontar o dedo e dizer exatamente aquilo que é necessário fazer. -----

Deixou uma palavra para o Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Manteigas, que foi quem fez este Plano Municipal, com o aconselhamento técnico das outras instituições, nomeadamente do ICNF, contudo isto é um produto do gabinete supracitado. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, no uso da palavra, sublinhou as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, principalmente relativamente ao Gabinete Técnico Florestal do Município, justificando que só não proferiu essas palavras, porque embora reconheça todo o mérito ao técnico, mas como trabalha diariamente com ele, não quis falar nisso. Concordou que tratou-se de um trabalho árduo e muito dedicado. ---

----- O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra, declarou ser um apaixonado, desde miúdo, pela natureza e pela floresta, tendo-se dedicado a estudar este tema já há uns anos. Recordou que, mais recentemente, fez um estudo que apresentou numa reunião da Assembleia Municipal, como independente da CDU, sendo que o mesmo foi, na altura, aprovado por unanimidade e enviado aos órgãos responsáveis. -----

Assume-se como um entusiasta deste assunto, tendo fundado a Associação Amigos da Serra da Estrela por paixão, porque na altura pensou que havia o risco de destruírem esta montanha, esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

J. G. G. G. G.

floresta, as populações que vivem aqui sustentadamente, num meio de um Parque Natural, que foi aprovado em 1976. Avocou que por isso mesmo se sente emocionado com este tema, contudo essa emoção não alterou em nada a sua análise, meramente técnico-científica, deste Plano Municipal. -----

Aludiu que assim que recebeu estas 164 páginas que compõem este Plano, ficou deliciado ao lê-las e telefonou de imediato ao Senhor Presidente da Câmara, indicando-lhe que só encontrava uma falha no documento, é que o mesmo não estava assinado. No seu ponto de vista, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios tinha de conter o nome das pessoas que o redigiram, pois trata-se de um trabalho excelente, dos mais excelentes que já leu sobre esta matéria. Referiu que, embora o mesmo tenha sido feito por uma Comissão, mas tem que se saber quem o redigiu. Acrescentou ainda, que na mesma conversa telefónica solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que transmitisse os seus parabéns, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, a quem fez este trabalho, nomeadamente ao Senhor Engenheiro do Gabinete Técnico Florestal e a todo o grupo de trabalho. Declarou aberta a discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos. Nesse seguimento, aceitou as inscrições dos Senhores Deputados que manifestaram a intenção de intervir sobre esta matéria. Verificando a intenção da Senhora Deputada Odete Ganilha em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha fez uso da palavra, deu os parabéns a todas as entidades envolvidas neste Plano Municipal. Referiu que apenas teve uma única dificuldade na análise destes documentos, que é saber a data exata de quando foi apresentado e apreciado este Plano relativo a 2019/2028, pela Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria esclareceu que o Plano supracitado foi apresentado, apreciado e aprovado pela respetiva Comissão no dia 29 de outubro de 2018, depois dessa data, por recomendação do ICNF, houve a necessidade de introduzir alterações ao Plano aprovado, que foram remetidas novamente ao ICNF para apreciação. Após o parecer emitido pelo ICNF, o referido Plano voltou a ser apreciado na CMDFCI, na última segunda-feira, dia 19 de fevereiro do corrente ano. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha explicou que apenas levantou essa questão porque não tinha tido acesso a essa informação e como tal, quis esclarecer essa dúvida, pois verificou que na legislação é referido que primeiro a Comissão tem de dar o seu parecer e enviar ao ICNF. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão, solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Avocou que trata-se de um documento com informação bastante útil, está tudo muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

J. Fraga

bem explicado, pelo menos no Caderno I. Indicou que apenas pretendia chamar à atenção para umas pequenas informações, apenas com o intuito de nos apercebermos delas. -----

Relativamente à área ardida, é referido na página 44 do Caderno I, segundo as contas apresentadas é de 41 % do concelho. considerou ser algo muito assustador e impressionante, dado que quase metade do concelho ardeu em 22 anos. -----

Aludiu que tinha algumas dúvidas, que são meramente pelo facto de tecnicamente não conhecer estes documentos. Indicou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria tinha referido na sua explanação os termos: rede primária e mosaicos. Sendo que desconhecia qual a diferença entre eles, por isso solicitava um esclarecimento. -----

No que concerne ao Caderno II, o mesmo refere os gastos que estão mais ou menos previstos para se levar a cabo este plano. Fez a alusão à página 82 do Caderno II, tendo feito a ressalva que podia estar a fazer uma interpretação errada do documento, contudo se a previsão para levar a cabo o Plano, em 2019, é no valor de um milhão, duzentos e dez mil, trezentos e quarenta e cinco euros e cinquenta cêntimos (1.210.345,50€), isto não se reflete no Orçamento do Município que foi aprovado para 2019. Alertou que, se para levar a cabo este Plano seria necessário gastar este dinheiro, no orçamento Municipal aprovado, na rubrica 246 está apenas previsto o valor de quinhentos mil euros (500.000,00€) para a proteção e conservação da floresta e nenhum deles a aplicar em nada que não seja em obras do Centro de Energia Viva de Montanha, Parque Ambiental da Fábrica do Rio e arranjo urbanístico no Tinte. -----

Declarou que deixava este reparo, tendo reiterado que podia estar a ler mal os documentos. ----
Deixou o repto para se pensar em proteger, não só aquilo que ainda existe, mas também em se pensar em replantar ou reflorestar aquilo que já ardeu, sendo que neste ponto também “dava a mão à palmatória”, pois desconhecia se já existe algum plano nesse sentido. Avocou que não caberá neste momento tecer considerações de como é que isso vai ser feito, pois caberá ao Executivo delinear esse plano. No seu entendimento, seria interessante se pudesse ser apresentado um plano desse género e pensar que as encostas, que vão ficando despidas pelos incêndios, pudessem voltar a vestir-se de verde e a dar-nos novamente as paisagens bonitas que foram perdendo. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa elucidou que no documento em apreciação isso está perfeitamente explanado, sendo referido aquilo que sempre se defendeu, que é apostar em folhosas e espécies autóctones: carvalhos, castanheiros, azinheiras, acabando com as resinosas na silvicultura de recuperação. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga solicitou a palavra, concordou que, efetivamente, este é um documento minucioso e que merece uma leitura igualmente minuciosa e bastante atenta. Aludiu que o Caderno I faz um diagnóstico, caracterização, histórico, com cartografia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

J. Santos

bastante explicativa do que versa nesse documento. O Caderno II está mais relacionado com o enquadramento, objetivos, os eixos estratégicos, detendo uma cartografia também bastante clara. -----

Transmitiu que na sua opinião e na opinião dos seus colegas da Bancada do Partido Socialista, este documento está muito bem elaborado, cuidado, trata-se de um documento técnico. Indicou que há pormenores técnicos neste Plano Municipal que não dominavam e, provavelmente, nessa área o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria terá um conhecimento mais detalhado nessas questões. Declarou que o documento supracitado merece a aprovação da Bancada do Partido Socialista, fazendo votos que o mesmo seja levado à prática, no sentido de preservar o património florestal que todos reconhecem. -----

Em nome da Bancada do Partido Socialista, felicitou o Executivo Municipal, assim como todas as entidades que prestaram a colaboração na elaboração deste Plano Municipal e que pelos vistos foi útil e muito prestimosa. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, encontrando inscrito para intervir, tomou a palavra. Declarou que este documento trata-se de um trabalho que demonstra pesquisa, método, organização de conteúdos, sendo que o produto final foi chegando a todos quantos o foram facultando, na plataforma e a todos quantos o desejassem consultar. Indicou ser uma ferramenta muito boa para trabalhar, porque a caracterização não se limitou só a parte física, ao clima, à geologia, mas também à caracterização social. Declarou que queria fazer das palavras do Senhor Presidente da Mesa as suas palavras, sendo que considera que na ata tem de ficar explícito que o Órgão Deliberativo dá os seus parabéns a todos os elementos desta equipa. -----

Deu conhecimento, que há cerca de um mês, fez um pedido à Câmara Municipal de Manteigas, para dispensar o Senhor Engenheiro Pedro Lucas, com o objetivo de este fazer uma palestra aos alunos do 11.º ano de Geografia A, que vão ter exame nacional. Nesse sentido, o Senhor Engenheiro Pedro Lucas foi dispensado pela Câmara, tendo dado uma lição aos alunos já baseada neste Plano. Na sua opinião, essa palestra foi uma delícia para todos os que estiveram presentes, porque por vezes gastamos dinheiro a convidar pessoas do exterior, para vir falar de assuntos interessantes aos nossos alunos, quando em Manteigas temos recursos endógenos, não só na parte natural, como na parte de recursos humanos. -----

No que concerne à promoção do sucesso escolar, alertou que não é o só o número de alunos retidos que se deve ter em conta, sendo que para se remediar esta questão tem de se arranjar contextos de aprendizagem. Sublinhou que Manteigas está cheia de contextos de aprendizagem, a título de exemplo, referiu que no dia anterior a esta reunião, tinha estado com uma turma de 10.º ano em Leandres, na Mini-hídrica, na Fonte Paulo Luís Martins, onde mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

uma vez estamos rodeados de potencialidades naturais, que por vezes pensamos que estão só nos livros e em outras paragens do planeta. Temos aqui imensas portas para descobrir e valorizar. -----

No que diz respeito à questão levanta pelo Senhor Deputado Pedro Leitão, no sentido de que é necessário replantar, deu conhecimento que as equipas dos Baldios já estão, desde algum tempo, a replantar as encostas. Deu nota que tem pessoas que durante anos, gratuitamente, têm lutado pela constituição de equipas de Sapadores, e que inclusivamente estavam presentes nesta Assembleia, sendo que por vezes esquecemos também de frisar, de valorizar essas pessoas que, gratuitamente, dedicam parte da sua vida a plantar precisamente estas encostas. Considerou que também têm de sublinhar o esforço de Deputados que estão nesta Assembleia e se dedicam às equipas de Sapadores, que é a preservação da floresta, mas que também plantam. Aludiu que a nível de Sameiro, nos últimos anos, foram plantadas milhares de árvores. Ainda assim, não invalida o reparo do Senhor Deputado Pedro Leitão, que é muito importante e com o qual concorda: não nos podemos esquecer que temos de plantar árvores. -----

----- O Senhor Deputado Luís Melo solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Explanou que da análise, muito apertada, que fez a este documento, confirmava que na realidade trata-se de um documento muito conciso. Ainda assim, solicitou que os Senhores Deputados atentassem no mapa representado no Caderno II, na penúltima página, e que se debruçassem sobre as zonas a preto e a vermelho. Explicou que com isto pretendia deixar um reparo, para o próximo Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, porque há necessidade urgente de intervir sobre o facto de que, tanto em São Pedro, como uma parte em Santa Maria, como uma pequena parte em Sameiro e uma grande parte em Vale de Amoreira, distarem dos pontos de socorro mais do que uma hora. Mas, mais grave o que isso, é que estamos a falar em centenas de hectares sem acesso, os tais mosaicos. -----

Acrescentou que se em alguns mosaicos apenas existem herbáceas e mato, em outros há floresta de grande valor económico, que não pode arder sem acesso. Frisou que deixava esta sugestão, para a equipa que elaborará a próxima revisão deste projeto, na medida em que há necessidade urgente de aumentar a rede primária, pois caso contrário arriscamo-nos que um fósforo faça desaparecer tudo isto. Alertou que esta situação é possível, já aconteceu no passado e não gostaria de assistir novamente aquilo que assistiu há dez anos. -----

Naquilo que concerne aos Baldios de São Pedro, referiu que têm insistido com o ICNF, para a urgência de abrir rede primária nas zonas mais importantes, mas não foi possível até agora. Declarou que na realidade o programa está bem definido, nada tinha a apontar, mas há que rever urgentemente o aspeto que frisou. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

J. Santos

No que diz respeito à pergunta suscitada pelo Senhor Deputado Pedro Leitão, deu nota que só em São Pedro, neste últimos dez anos, plantou-se oitocentos hectares com espécies autóctones, mas ainda não se chegou a um milhão de carvalhos. Neste momento, têm oitocentos hectares já recontados, muitos deles em fase de crescimento significativo, tendo informado que os Baldios de São Pedro têm um protocolo e um entendimento com os Baldios de Santa Maria, para a reposição do Teixo, embora esta seja considerada pelos nossos pastores uma árvore maldita na Serra da Estrela, contudo trata-se dos últimos redutos europeus onde ainda existe, é uma coisa ínfima, são cerca de quinze hectares. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria deu conhecimento que os Baldios de Santa Maria todos os anos têm plantado bastantes árvores autóctones, principalmente carvalho. É verdade que algumas dessas árvores ficaram pelo caminho e não vingam, mas já plantaram cerca de quatro mil árvores na zona de Pedrão e noventa mil no Corredor dos Mouros, entre outras plantações. -----

Fez alusão às palavras do Senhor Deputado Luís Melo, que referiu que a dita área do Baldio de São Pedro está ausente de rede viária. Declarou que é obrigado a dizer que, relativamente ao Baldio de Santa Maria não está ausente de rede viária, esta é com péssimas condições de rede viária. Explanou que também têm essa preocupação, contudo não têm meios de recuperar a rede viária que possuem, nem as outras entidades com responsabilidade nessa matéria colaboram. A rede viária não está em condições para, perante alguma calamidade, se poder responder de imediato, sendo que o primeiro objetivo dessa rede viária é permitir o acesso a viaturas de urgência. -----

----- O Senhor Deputado Luís Melo pediu a palavra para acrescentar que, atualmente, assiste-se há destruição da rede viária. A título de exemplo, referiu que os Baldios de São Pedro há três anos gastaram quinze mil euros (15.000,00€) diretos, mais uma ajuda da Junta de Freguesia que foi significativa. A estrada da Serra de Baixo, das Almas e o acesso aos Morangos ficaram impecáveis, inclusivamente, alguém dizia que era quase uma pista de aviação. Passados quinze dias ou três semanas, num domingo, deslocou-se com o seu carro a essa zona e não conseguiu sair de lá. -----

Isto porque estamos a assistir à procura destes trilhos pelos jipes, pelas motas, que simplesmente escavacam tudo. Disse que julgava que em Santa Maria também aconteceu o mesmo. Na sua opinião, há necessidade urgente de legislar, ou arranjar um programa que interfira com esta situação. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explanou que, no seu ponto de vista, não é preciso ser um programa nacional, a Câmara tem a possibilidade, na sua área de concelho, de propor restrições, até porque estamos dentro de um Parque Natural e há a legislação geral do Parque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

P. Leitão

Natural. Considerou que se pode colocar umas placas nessas zonas a dizer: proibido, interdito, sujeito a coima. No seu entendimento, esse é um direito do Órgão Executivo. A Título de exemplo, mencionou que a Serra de Sintra é um Parque Natural, a Câmara proibiu a entrada, em toda a área da Serra, de veículos automóveis com mais de vinte anos, portanto isto é possível. Embora isso tenha um lado contraditório, porque por um lado pretende-se atrair turistas e por outro lado restringe-se a sua entrada numa determinada área. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para prestar alguns esclarecimentos. Relativamente à questão Orçamental, avocada pelo Senhor Deputado Pedro Leitão, disse ser uma questão legítima que também já foi colocada por outras pessoas, que olham para o Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, veem-no quantificado, veem a despesa quantificada e perguntam à Câmara como é que vamos fazer isto? Esclareceu que aquilo que está quantificado neste Plano Municipal, é a intervenção de todas as entidades no Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Cada uma tem a sua cota de responsabilidade e de intervenção, sendo que isso está quantificado e dá esse valor. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão inquiriu qual é a responsabilidade que cabe à Câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a responsabilidade do Município é na rede viária municipal. Quanto à definição de rede primária, rede secundária e mosaicos, aludiu que a pessoa indicada para prestar esse esclarecimento é o Senhor Engenheiro Pedro Lucas, do Gabinete Técnico Florestal, que é um técnico excecional, sendo que, posteriormente, ia solicitar ao mesmo que preste esse esclarecimento. Explicitou que são faixas de gestão de combustível, que estão previstas na lei. -----

Fez alusão que o Senhor Deputado Luís Melo falou na questão dos mosaicos, que estão perfeitamente visíveis e que não têm acesso aos mesmos, assim como remeteu para um mapa, que, sem dúvida, tem impacto visual e na absoluta necessidade de se abrir a rede viária. Mencionou que essa questão foi levantada, em reunião da Comissão, pelos Baldios de São Pedro, sendo que na altura teve a oportunidade de declarar aquilo que é o seu pensamento, relativamente a essa responsabilidade: há territórios que estão em cogestão entre Baldios e ICNF, cabendo a estas duas entidades fazer a rede primária. Se os Baldios não têm na cogestão essa responsabilidade, quem a tem é o ICNF. -----

Explanou que se o território está em regime de cogestão entre duas entidades e se entre as duas, uma não aceita essa distribuição de responsabilidade, cabe à outra entidade assumi-la. Frisou que, também, tem o entendimento que deve ser o ICNF a fazê-lo, tendo isso ficado bem claro, assim como ficou claro que é de conhecimento, que há meios que o ICNF tem, há meios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

[Handwritten signature]

que estão muitas vezes parados a apodrecer, que podiam estar no terreno a intervir e a abrir esta rede viária. -----

Ficou também claro esta preocupação, que é urgente que se defina um encerramento da “malha”, em termos da rede viária florestal, contudo não é um trabalho que se faça de um momento para o outro e tem de ter uma presença muito forte do ICNF. -----

O Município já tem a responsabilidade de reparar algumas estradas florestais. A título de exemplo, referiu que a Estrada Florestal de São Sebastião foi pavimentada pela Câmara, com o acordo desta entidade manter a faixa de rodagem, enquanto que ao ICNF cabe limpar as valetas e as bermas. Contudo, para o ICNF executar esse trabalho (sendo que só o fazem de dois em dois anos) é preciso o Município pressionar. Declarou que no ano passado o ICNF fez um ótimo trabalho, como já não fazia há anos, vamos ver quando é que o repetem, porque é necessário todos os anos limpar as valetas, arranjar as bermas, e nós temos que os substituir muitas vezes. Recordou que os Senhores Presidentes de Juntas vêm muitas vezes à Câmara solicitar a ajuda para a reparação dos caminhos florestais e, invariavelmente, levam a resposta que isso é responsabilidade do ICNF, porque o Orçamento do Município é reduzido, tendo já as suas próprias responsabilidades e competências, portanto não tem que aceitar as competências dos outros. -----

Reiterou que há muito equipamento do ICNF que está parado, entre muros e que está a apodrecer, sem sequer ser posto ao serviço da Câmara, ou dos Conselhos Diretivos dos Baldios, para que possam fazer um pouco mais de trabalho, tendo tido a oportunidade de frisar esse aspeto ao Senhor Secretário de Estado das Florestas. -----

No que diz respeito aos passeios todo-o-terreno, informou que quem emite autorização é o Parque Natural da Serra da Estrela, pois se é essa entidade que gere o Plano de Ordenamento do Parque, para além da zona urbana do concelho, não podia ser o Município a autorizar ou não esses passeios. Explicou que aquilo que acontece, é que o pedido de autorização ao ICNF é antecedido de um pedido de parecer à Câmara Municipal, e esta última através do Gabinete Florestal dá pareceres negativos ou positivo, mediante o local onde se vão desenvolver. A título de exemplo, referiu que há bem pouco tempo, pediram um parecer sobre um trajeto deste tipo, na rota das Faias, o que seria um assassinato para aquela zona, e o parecer da Câmara para o ICNF foi negativo. Se for um passeio na estrada de São Sebastião ou na estrada do Poço do Inferno (subir pelo Poço do Inferno e descer pelo Soito do Concelho) não se vê inconveniente algum, porque tem alcatrão, contudo em estradas sensíveis, sempre que nos pedem parecer, o nosso parecer é negativo. Não é o Município que autoriza, o nosso parecer não é vinculativo. ----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria solicitou a palavra, também enquanto Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios de Santa Maria, para completar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Partiu

J

a informação que foi dita pelo Senhor Deputado Luís Melo, que cumulativamente é o Presidente dos Baldios de São Pedro. Deu nota que há dois anos foram investidos quarenta mil euros (40.000,00€) na manutenção dos caminhos florestais para a Serra, é claro que esse valor não saiu todo dos bolsos dos Baldios, foi também através de uma candidatura. Atualmente, verifica-se que alguns caminhos já estão inoperantes e pode-se contar pelos dedos das mãos, o proveito que os Compartes tiraram desses caminhos. É precisamente esse tipo de atividades de todo-o-terreno que destroem os caminhos, na verdade, vêm usufruir da manutenção que nós fazemos e provocam a degradação dos mesmos. -----

Deixou uma recomendação/sugestão/proposta, relativamente a alguns espaços que têm mesmo de ser conservados. Fez alusão que o Senhor Presidente referiu na sua explanação a Rota das Faias, nesse contexto disse ter comprado um calendário do Geopark, no qual vem exposta uma fotografia do caminho das Faias, que apesar de considerar ser uma montagem, mas que o chocou. Pois, na mesma é visível um bicicleta de todo-o-terreno a derrapar na ribanceira das Faias, na parte do saibro. Sublinhou que se trata de uma montagem, contudo alertou para os estragos que uma possível atividade dessas poderia causar naquele espaço, originando a erosão no saibro. Frisou que ainda assim, essa imagem pode apelar a esse tipo de desporto naquela zona. -----

Face ao exposto disse ser a favor desta Assembleia, futuramente, pensar numa sugestão/proposta, para o ICNF fazer um estudo, com vista a que alguns caminhos florestais sejam interditos a algumas atividades, que degradam o património florestal e natural que está junto a esses caminhos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra, sugeriu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, na próxima reunião, traga essa proposta à Assembleia Municipal. No que concerne à sua análise sobre o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, considerou que há determinados pormenores que poderiam ser diferentes. Por exemplo, no Caderno I é referida a reabilitação dos açudes, no seu ponto de vista esta tem de aumentar e isso é fácil, pois é da competência do Executivo, uma vez que os pontos de água são regulamentados. -----

----- O Senhor Deputado Luís Melo alertou que não é assim tão fácil, pois essa não é uma competência das Câmaras Municipais, mas da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro solicitou a palavra, cumprimentou todo os presentes. Avocou que apenas queria deixar uma achega sobre a atitude da APA nestas situações. Considerou ser uma opinião mais ou menos unânime, que quando queremos intervir temos o ICNF à perna, mas a APA, no seu ponto de vista, consegue ser pior que o ICNF. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No que diz respeito à intervenção na Serra e aos passeios todo-o-terreno com jipes, considerou ser bom, porque atrai o turismo para esta zona, mas por outro lado é muito mau, porque vem estragar estes caminhos. Declarou que pior se torna, quando estes passeios de jipes, organizados pelos concelhos limítrofes, que não investem nada aqui, querem vir cá passear e as Juntas de Freguesias que lhes paguem os almoços, tal como foi proposto à Junta de Freguesia de São Pedro há oito dias atrás. -----

No que concerne à APA, referiu que tal como é visível o Ribeiro das Forneas está uma miséria. Recordou que, em tempos, fez uma proposta ao anterior Executivo Municipal, tendo a mesma já sido feita ao atual Executivo, para se proceder à limpeza do referido Ribeiro. Na altura, o Senhor Vereador Paulo Estrela, entendeu pedir uma autorização à APA, pois por lei assim é obrigatório que aconteça, uma vez que não se pode mexer nas linhas de água, e como é óbvio isso inclui o Ribeiro. Deu nota que, na altura, a APA deu um parecer favorável, que podíamos fazer uma intervenção no Ribeiro, espontando as pontas das silvas, por causa da nidificação. -----

Explanou que teve a oportunidade de dizer ao então Senhor Vereador Paulo Estrela, que a sua proposta ia no sentido de a Junta de Freguesia de São Pedro, em conjunto com a Junta de Freguesia de Santa Maria e com a Câmara, reunindo o material e pessoal que cada uma das entidades tivesse disponível, de modo a procederem a uma intervenção a sério nesse Ribeiro, antes que venha uma enxurrada e haja problemas gravíssimos. Isto porque, se acontecer uma desgraça certamente teriam de intervir, mas antes que isso aconteça, considerou que numa atitude preventiva seria interessante intervirem primeiro. -----

Como o pedido de limpeza não foi aprovado pela APA, na altura, comunicou ao Senhor Vereador Paulo Estrela que não contasse mais consigo para espontar as silvas. Sublinhou que, mérito seja feito ao Executivo e aos funcionários que estiveram no local a espontar as silvas, contudo de nada adiantou, pois no ano seguinte as mesmas voltaram a crescer. -----

No coração da Serra da Estrela, no Parque Natural, toda a gente supervisiona, mas na hora de ir para o terreno toda a gente interrompe. Aludiu que nesta reunião estava presente o Senhor Presidente do Conselho Diretivo dos Baldios de São Pedro, tendo considerado que têm feito uma parceria excelente, sem grandes formalismos, mas quando toca ao ICNF, ou à APA, a situação é bem diferente e complicada. -----

----- O Senhor Deputado Luís Melo fez uso da palavra, deu conhecimento que neste momento, os Baldios de São Pedro têm o maior projeto a nível nacional, aprovado, de fogo controlado com cabra sapadora. Contudo, por incrível que pareça, numa área de sete mil e quinhentos hectares (7.500 ha) não se consegue arranjar seiscentos metros quadrados (600 m²) para implantar um abrigo para os animais. Isto reflete a magnitude de um problema, de um indivíduo que quer instalar-se no Interior e que neste momento está de pés e mãos atados, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

F. Santos

um projeto totalmente aprovado, de muitos milhares de euros. Explicou que se trata do maior projeto a nível nacional de contenção de fogo, em áreas de risco extremo, em rede primária, a quem os Baldios de São Pedro cederam duzentos e cinquenta hectares (250 ha). Sendo que, neste momento, em toda a área do Baldio, não consegue arranjar setecentos metros quadrados (700 m²) para implantar um abrigo para os animais. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria face à exposição feita pelo Senhor Deputado Luís Melo, sublinhou que no anterior mandato foi o único que não votou favoravelmente o PDM, precisamente, porque o abrigo/armazém de atividades pastoris em PDM só permite trezentos metros quadrados (300 m²), o que na altura considerou ser pouco. Avocou que é necessário terem alguma consciência e refletir sobre esta situação. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra, por forma a dar continuidade à sua análise sobre o documento mencionado em epígrafe. -----

Referiu que este documento possui dados muito importantes, visto que é feita uma análise sobre as temperaturas nesta região, demonstrando que as grandes amplitudes térmicas que existem em determinados meses do ano, em que na maioria são meses de risco de incêndio, mas independentemente disso, estas grandes variações de amplitude térmica originam por si só a erosão das encostas. Nesse sentido, refletiu que é obrigatório passar a mensagem que tem de se reflorestar, com árvores compatíveis como são as folhosas e as árvores autóctones desta região. -----

Na página 24/61, as últimas seis linhas referem: “*Os anteriores Planos Diretores Municipais – Instrumentos de ordenamento que surgem na década de 1980, têm um forte pendor urbano, tendo relegado para segundo e último plano os recursos naturais, a água, a terra e o ar, suporte de vida, a agricultura, a floresta, a fauna e a flora.*” -----

Explanou que foi exatamente por isto, pela falência total do ICNF (que ainda existe passados quarenta anos de existência do Parque Natural da Serra da Estrela, atualmente designado por Instituto da Conservação da Natureza e Florestas – ICNF), que em 1982 foi fundada a Associação Amigos da Serra da Estrela. Pois, havia a necessidade de assumir e executar, gratuitamente, o trabalho que eles não faziam. Em 1980 esta era a legislação que estava em vigor, os Planos visavam a preservação total da zona urbana, em detrimento da fauna e flora. ----

Mencionou que é também interessante perceber os dados dos censos, embora os números não estejam atualizados, visto que como é de conhecimento só há censos neste país de dez em dez anos. Portanto, os dados apresentados neste documento são baseados nos censos de 2011. Referiu que anseia que chegue o ano de 2021, para percebermos a realidade mais atualizada, visto que há aqui um desfasamento, sendo que não acredito que haja 9% ou 10% de analfabetismo no concelho de Manteigas. Isso são dados de 2011. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

J. Santos

Fez alusão à página 36/61, tendo considerado que há aqui uma pequena falha. No texto é referido que a *pseudotsuga*, que é uma das espécies *pinos*, é uma subespécie do Pinheiro, tratando-se também de uma invasora tal como o Eucalipto, só que é bonita para o turista ver, é também uma resinosa, mas não arde muito rápido. A questão é que, a *pseudotsuga* está no texto como uma das principais espécies arbustivas que existe em determinado nível de altitude, mas depois no gráfico de cima nem sequer aparece, só falam no Pinheiro Bravo, que suponha que são *pinus pinaster*, ou então incluem todas as espécies de Pinheiros que existem, sendo que não está correto do ponto de vista científico. -----

Aludiu que, na página 41 do Caderno I é referido, que é fundamental haver cada vez mais percursos pedestres para as pessoas se encontrarem com a natureza, sendo esta uma forma de elas próprias se preocuparem e haver uma pedagogia ambiental, contudo, na sua opinião, isto tem de ser liberalizado. Segundo tem conhecimento o ICNF proíbe que as pessoas entrem e passem pela Serra, caso não detenham uma autorização especial. Concluiu que temos que nos entendermos e perceber o que é importante. -----

No que concerne ao capítulo que fala sobre causas dos incêndios, considerou que o assunto está muito bem tratado, diferenciando as causas intencionais das negligentes. Segundo estes estudos, nesta região e neste concelho, a maior parte das causas de incêndios deve-se a negligência e não são intencionais. No seu ponto de vista, embora não fosse obrigatório estar contemplado neste capítulo, contudo deixou o alerta que falta ser enquadrada a revisão da legislação em relação a este assunto, à semelhança daquilo que ele próprio tinha feito no projeto que apresentou no ano passado. -----

Sublinhou que enquanto não for classificado o crime de atear fogo, como um crime de terrorismo nacional, contra a nação Portuguesa, será impossível de travar esta situação. Declarou que essa é a sua luta e foi isso que defendeu. Pois considera ser mesmo terrorismo, é destruir uma nação, um património nacional.

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro fez uso da palavra, disse que pretendia fazer um ponto de ordem à Mesa. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa frisou que ainda não tinha terminado a sua intervenção, assim que a concluísse o Senhor Deputado Eduardo Monteiro poderia apresentar o que desejasse. É uma questão de educação democrática. -----

Prosseguiu com a sua explanação referindo que em relação às medidas de intervenção, disse ser prioritário alterar-se a legislação dos incendiários. Aludiu que no caderno II, na página 8/83, são referidas as medidas de intervenção, na alínea a) refere a questão da sensibilização ambiental, promovendo campanhas de sensibilização. Avocou que é importante que as pessoas percebam, que tipo de silvicultura deveriam plantar, sendo que na página 10/83 isso está muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António

D

bem explicado e até está separado por sub-regiões de maior altitude e de menor altitude, as várias espécies de plantas que devem ser plantadas. Portanto, isso é o que deve ser dito durante essa sensibilização para o ambiente, por parte deste programa. -----

Considerou que na página 19/83, a cartografia de risco está muito bem explanada, é fundamental percebermos as áreas de risco máximo. Aplaudiu e relevou a decisão e a atitude do CMDFCI de Manteigas, que está explanada na página 33/83, em que por unanimidade propõem excepcionar da aplicação total do decreto lei anterior (da gestão de combustíveis), a obrigatoriedade de abater árvores, com vista ao cumprimento das distâncias exigidas entre as copas, nos seguintes casos: em manchas de arvoredo com especial valor patrimonial ou paisagístico; nas manchas de arvoredo e outra vegetação protegida. -----

O terceiro parágrafo da página 54/83 remete para a questão da localização habitual das zonas de ignição. Sublinhou que isto é fulcral, é importantíssimo, porque essa é a forma de se saber exatamente onde são as zonas de ignição, encontrando-se isso cartografado neste documento. --

Na página 73, na estabilização da emergência pós-incêndios, disse concordar com a questão das paliçadas, de modo a não haver escorrências e para as encostas não desaparecerem.

Contudo, chamou à atenção para não se desenraizar as árvores, as mesmas devem ser cortá-las, mas deixadas em sito, porque isso vai ser o humos para as próximas e vai ser a forma de não haver a deterioração e erosão da encosta. Mencionou que embora isto seja básico, mas que deveria de estar explicitado neste documento. O facto de todas as encostas ficarem nuas, é dizer que vamos ter uma erosão total, só daqui por 50 anos é que vamos recuperar as encostas.

Na página 79/83 é referida a formação da Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios de Manteigas. Disse ter conhecimento que o Senhor Presidente da Câmara assume a Direção da Proteção Civil em casos de catástrofe, nomeadamente nos incêndios, contudo constatou que não estava mencionado ninguém, especificamente, da Proteção Civil. -----

Deu os parabéns por este documento ter uma planificação a dez anos, com todos os valores que isso inclui em termos financeiros. Considerou ser muito importante as pessoas pensarem e organizarem as instituições a dez anos, independentemente de quem vier a seguir, por isso realçou este aspeto. Dando por concluída a sua explanação, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Eduardo Monteiro. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro, no uso da palavra, declarou que ninguém nesta sala lhe ia dar lições de educação democrática. Fez alusão que o Senhor Presidente numa das suas intervenções tinha falado nos muros dos Estados Unidos da América e falou de um muro ainda mais antigo, que todos sabem quem é que o ergueu e quem é o mandou abaixo. ----

Pegando nesta questão do muro, indicou que costuma escrever alguns artigos para o Jornal de Manteigas, sendo que o primeiro artigo que redigiu falava sobre o Donald Trump, porque até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

simpatiza com ele em certos aspetos. A título de exemplo, referiu que um dia a sua mãe alertou-o que andavam a dizer que era o Tump de Manteigas, sendo que ele entendia a razão. Isto porque, nas Assembleias Municipais é sempre ele que chama à atenção para estas situações: os Deputados Municipais têm tempo para se inscrever, o Senhor Presidente da Assembleia, com todo o respeito que tem por ele, mas se a cada intervenção que é feita por um Deputado, a seguir tece uma consideração, isso leva a que estejam há três horas a dizer a mesma coisa. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria colocou o **Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios de Manteigas** à votação, tendo **ido aprovado por unanimidade**. -----

Apresentou uma Moção, que leu e que em seguida se transcreve:

“Moção”

Vêm todos os deputados desta Assembleia Municipal, isto é, os representantes de todas as forças políticas, felicitar todos os elementos da Comissão que elaborou o Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, esperando todos que tudo o que está previsto neste plano seja efetivamente levado à prática.

Vai este documento assinado por mim, Presidente da Assembleia Municipal de Manteigas, e por todos os Deputados Municipais.

Manteigas, 22 de fevereiro de 2019

José Manuel Novo de Matos

Daniel António Quaresma Costa

António Pedro Santos Leitão

Ana Maria Saraiva Matos

Joaquim Martins Fonseca Albuquerque

Nuno Miguel Fernandes Gonçalves

Odete da Graça David Ganilha Almeida

Nuno Manuel Matos Soares

Luís José dos Santos Melo

Alfredo Serra de Carvalho Marcelo

Paulo Manuel dos Santos Costa

João Abrantes Gaspar

António Miguel Aldeia Carvalho

Rogério Sousa Batista

António José Ascenção Fraga”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- PONTO 3.2 -----

APRECIAÇÃO, DELIBERAÇÃO E VOTAÇÃO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, NO ÂMBITO DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO, NOMEADAMENTE OS DECRETO-LEI N.º 20/2019 DE 30 DE JANEIRO, DECRETO-LEI N.º 21/2019 DE 30 DE JANEIRO, DECRETO-LEI N.º 22/2019 DE 30 DE JANEIRO, DECRETO-LEI N.º 23/2019 DE 30 DE JANEIRO. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa anuiu que todos os Senhores Deputados tiveram acesso a estes documentos, embora desconhecesse se tiveram tempo de os ler, uma vez que os mesmo foram entregues somente no início desta Assembleia Municipal. Em suma, referiu que estes decretos-lei são semelhantes aos que foram votados na Assembleia Extraordinária, realizada em janeiro, tendo o mesmo propósito, ou seja a transferência de determinadas competências para a Câmara Municipal de Manteigas. Declarou aberta a discussão, aceitou as inscrições dos Senhores Deputados que manifestaram intenção de intervir sobre a matéria. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro afirmou que tinha sérias dúvidas quanto à votação deste assunto, uma vez que não teve tempo de ler os documentos, logo desconhece o que refere esta legislação. Alegou que as anteriores competências que vieram à apreciação do Órgão Deliberativo, foram remetidas atempadamente, de modo a poderem-nas ler e pronunciarem-se sobre as mesmas. O que neste momento têm em mãos foilhes entregue no início desta reunião, sendo que desconhece se a Câmara Municipal de Manteigas quer aceitar ou não estas competências. Face ao exposto, declarou que como membro da Assembleia, desconhece qual a apreciação que deve fazer sobre este assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para prestar um breve esclarecimento sobre este assunto. Admitiu que houve um constrangimento que originou que esta matéria tivesse de ser agendada com celeridade. Explanou, que previamente falou com os Senhores Vereadores relativamente à posição que a Câmara podia assumir em relação a esta transferência de competências, tendo os mesmos concordado que a posição deve ser a mesma que foi tomada em relação à transferência de competências que foram votadas em janeiro. A deliberação será, naturalmente, a da última reunião de Câmara, que foi realizada na quarta-feira anterior a esta data, detendo exatamente a mesma fundamentação. -----

Alegou que não iria repetir a fundamentação que foi desenvolvida na Assembleia Extraordinária, realizada em janeiro, contudo sublinhou que não estão devidamente qualificados os montantes, em termos de transferência de capital, para acompanhamento das despesas que eventualmente a Câmara viria a ter para prestar um melhor serviço. Pois, é isso que se pretende com as competências que se quer transferir. Alertou que há competências, em que se pode pensar que não há necessidade de envolver financiamento, contudo implicam a necessidade de envolver qualidade de serviços. O Município de Manteigas, neste momento, não tem capacidade em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

J. Santos

termos técnicos para assumir a transferência de competências, como por exemplo em relação aos animais de companhia. -----

No que diz respeito à competência relativa à área da educação e à área de saúde, o pacote tem de ser devidamente e previamente definido, pois sem isso não há quem consiga perceber se pode ou não ficar com essa competência. Reiterou que, no fundo a fundamentação é a mesma, até porque do ponto de vista do Órgão Executivo seria controverso se aceitassem agora estas competências, depois de terem despendido toda a argumentação em relação à falta de definição do pacote financeiro. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa recordou que todas as outras competências foram rejeitadas na totalidade. Em seguida, passou a palavra à Senhora Primeira Secretária da Mesa para ler os resumos que foram remetidos, acerca destes quatro decretos-lei. -----

----- A Senhora Primeira Secretária da Mesa leu o que em seguida se reproduz:

“Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30.01 - *Os presidentes das câmaras municipais passam a ter poderes sobre os centros de recolha e alojamento para hospedagem de animais de companhia, os alojamentos para hospedagem com fins lucrativos para reprodução e criação de animais potencialmente perigosos, os concursos e exposições de animais de companhia, a detenção de animais de companhia em prédios, as ações ou campanhas públicas de prevenção e combate de doenças em animais, as explorações da classe 3 (de pequena dimensão) e a detenção caseira de animais de produção.*

Os presidentes das câmaras municipais passam ainda a ter poderes sobre controlos a estabelecimentos industriais de atividades agroalimentares que estejam sujeitos a um licenciamento coordenado pelas câmaras municipais e precisem de parecer da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária para funcionar.

Este DL entrou em vigor no dia 31.01.2019. A transferência de competências acontece no dia 1 de janeiro de 2019, mas só tem efeitos práticos se os municípios aceitarem exercer essas competências. Os municípios que queiram adiar a transferência de competências para 2020 devem comunicar isso à DGAL até 60 dias após a entrada em vigor deste DL (até 01.04.2019).

Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30.01 -- *Os municípios passam a ter competência de gestão do funcionamento das escolas no âmbito da escolaridade obrigatória (dos 6 aos 18 anos), nomeadamente: manutenção e melhoramento dos edifícios escolares, investimento em novos equipamentos e contratação dos serviços externos, desenvolvimento da ação social escolar, garantindo vários apoios, entrega das refeições escolares a todos os alunos, organização do funcionamento dos transportes escolares para todos os alunos, gestão do alojamento de alunos transferidos, através de residências escolares ou da colocação dos alunos junto de famílias de acolhimento, escolha do pessoal não docente a todos os níveis de ensino, garantia de uma*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

escola a tempo inteiro, através de atividades de animação e apoio à família para as crianças na educação pré-escolar, e das componentes de apoio à família e das atividades de enriquecimento curricular para os alunos do 1.º ciclo, gestão dos espaços escolares fora do período de aulas e atividades escolares. Os municípios passam ainda a ter competência de organização da vigilância e segurança de equipamentos educativos, em conjunto com as forças de segurança e com a administração das escolas.

Este DL produz efeitos no dia 1 de janeiro de 2019. Os municípios que não pretendam a transferência de competências em 2019 devem comunicar esse facto à DGAL até 30 de abril.

Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30.01 -- *Os municípios, através das câmaras municipais, passam a ter competência para gerir, valorizar e conservar os imóveis classificados, que tenham significado para o município, e os museus (que não sejam nacionais) devidamente identificados em anexos a este DL, receber comunicações de espetáculos artísticos e fiscalizar a realização dos mesmos, recrutar e gerir os trabalhadores destinados ao património cultural local e aos museus. Pertencem ao município as receitas obtidas: com a utilização de espaços e captação de imagem, que envolvam imóveis e museus geridos pelos municípios, com a cobrança de bilhetes para visitar os imóveis e museus, com as taxas cobradas pelas comunicações dos espetáculos artísticos. Os trabalhadores que exerciam funções nos imóveis e museus, cuja gestão é transferida para os municípios, passam a fazer parte do mapa de pessoal da câmara municipal. Antes, pertenciam aos mapas de pessoal da Direção-Geral do Património Cultural e das diversas direções regionais de cultura.*

Este decreto-lei entrou em vigor no dia a seguir ao da sua publicação e produz efeitos a 1 de janeiro de 2019. Os municípios que queiram adiar a transferência de competências para 2020 devem comunicar esse facto à DGAL até 60 dias após a entrada em vigor deste decreto-lei (até 01.04.2019)

Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30.01 -- *São transferidas para os municípios competências para: participar na gestão e na realização de investimentos para novas unidades de cuidados de saúde primários, bem como manter e conservar outros equipamentos de cuidados de saúde, gerir os trabalhadores que pertencem à carreira de assistente operacional dos Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), que pertencem ao Serviço Nacional de Saúde (SNS). Os trabalhadores passam a fazer parte do mapa de pessoal das câmaras municipais. São ainda transferidas competências para gerir, em termos logísticos, essas unidades funcionais dos ACES, tal como tratar, por exemplo, de questões relacionadas com os serviços de limpeza, fornecimento de eletricidade e deslocação de doentes, colaborar com o SNS, tendo em vista a*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

D. Mantigas

prevenção de doenças, promovendo uma alimentação mais saudável e a prática de exercício físico, por exemplo.

Este DL produz efeitos no dia 1 de janeiro de 2019. Os municípios que queiram adiar a transferência de competências para 2020 devem comunicar esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais até 60 dias após publicação do despacho referido no n.º 3 do artigo 25.º - mapa com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização.” (fim de citação) -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou a **transferência de competências, no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, nomeadamente os Decreto-lei n.º 20/2019 de 30 de janeiro, Decreto-lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, Decreto-lei n.º 22/2019 de 30 de janeiro, Decreto-lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro** à votação, tendo **sido reprovada por unanimidade.** -----

----- O Senhor Deputado António Fraga solicitou a palavra, recordou que há uns dias, o Senhor Deputado Pedro Leitão sugeriu que em Setembro, a tempo e horas, o Senhor Presidente da Câmara e o respetivo Executivo, remeta para o Órgão Deliberativo a discussão referente ao ano de 2020. Concordou com essa ideia, de modo a que atempadamente e com calma discutam esse assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa concordou com essa sugestão. Disse que ia propor que na próxima reunião, fosse discutido o interesse dos túneis na Serra da Estrela, no desenvolvimento sustentado do concelhos, nomeadamente do concelho de Manteigas. -----

----- PONTO 3.3 -----

APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES A TOMAR EM MINUTA, PARA

----- PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS, DESTA SESSÃO -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra neste ponto. Verificando que não havia inscrições propôs que se aprovasse em minuta para produzir efeitos imediatos o **ponto três um e o ponto três dois**. Colocada à votação tal proposta foi a mesma **aprovada por unanimidade**, portanto tais deliberações foram aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos. -----

----- PONTO 4. -----

-----APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém deseja usar da palavra sobre a Informação do Senhor Presidente da Câmara. Verificando a intenção do Senhor Deputado Eduardo Monteiro em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro explanou que a sua questão se prendia com a informação relativa à realização ou participação da Senhora Vice-Presidente, em reuniões e outros eventos. Fez alusão que é referido no documento supracitado, o acompanhamento da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António

J

situação social da Família X e o acompanhamento da situação social da Senhora X. Depois na página 5, é referida a visita a casa da Sra. X, com a Assistente Social da Segurança Social. -----
Explicou que não referiu o nome das pessoas em questão, porque não concorda que numa informação à Assembleia Municipal, venha explícito o nome dos acompanhamentos das situações sociais, nem das visitas à casa das pessoas. Alegou que, pode ser dito que é uma questão de transparência, mas no meu ponto de vista isto ultrapassa a questão da transparência, é uma questão de privacidade da vida das pessoas. -----
Disse que, presumia que esta situação não fosse culpa da Senhora Vice-Presidente, mas de quem faz o documento e recebe as respetivas informações dos diversos serviços do Município. Sugeriu que futuramente se tenha em atenção esta situação e em vez de se colocar o nome das pessoas, colocar-se apenas que foi feito o acompanhamento da situação social de um determinado número de famílias ou a visita a X número de casas. No seu entendimento, os membros da Assembleia Municipal podem ter acesso à documentação camarária, mas não têm de saber da privacidade da vida das pessoas, muito menos de Municípios de Manteigas. -----
A outra questão que pretendia abordar é relativa à página 6, onde é feita a referência a uma reunião sobre as “Manteiguinhas”, questionou o que são as “Manteiguinhas”. -----
----- A Senhora Deputada Odete Ganilha tomou a palavra, referiu que a sua intervenção ia no mesmo sentido daquilo que foi explanado pelo Senhor Deputado Eduardo Monteiro. Questionou se realmente é necessário colocar-se os nomes de pessoas, em situações tão especiais como esta, se é legal este tipo de tratamento de dados pessoais, atendendo à lei de proteção de dados, principalmente quando está em causa o nome de um menor. Interpelou se está a ser respeitado o princípio geral da lei, se se está a respeitar e a preservar a vida privada, bem como os direitos, liberdades e garantias fundamentais. -----
Alertou, mais uma vez, a Senhora Vice-Presidente que deve ter havido, novamente, algum engano, pois é referido na Informação supracitada que a mesma esteve presente na Festa de Natal do Infantário Favo de Mel. -----
----- A Senhora Vice-Presidente da Câmara fez uso da palavra, esclareceu que relativamente à sua presença na festa de Natal do Infantário Favo de Mel, deve ter havido algum lapso, visto que tinha solicitado que fosse retirado esse ponto da informação, porque, efetivamente, não tinha estado presente nesse evento. -----
----- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. No que concerne à questão dos nomes mencionados na Informação, referiu que concorda com o Senhor Deputado Eduardo Monteiro, tendo aceite a sua sugestão. Avocou que, por vezes, acontece que se pretende ser tão preciso, que se cometem erros deste tipo. Explanou que relativamente ao termo “Manteiguinhas”, essa foi a designação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que a Senhora Vice-Presidente deu às bicicletas elétricas, nesta primeira fase de discussão, contudo não quer dizer que fique com este nome. Na sua opinião, essa não será a designação mais apropriada para as bicicletas elétricas, que a Câmara possui já há alguns anos e para as quais, atualmente, está a tentar fazer um regulamento de utilização. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, deu-o como encerrado. -----

----- PONTO 5. -----

-----APRECIAÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO-----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro felicitou a Senhora Vice-Presidente da Câmara pela comemoração do dia da mulher que se vai realizar em Manteigas, cuja oradora será a Joana Marques Vidal. Declarou ser uma Senhora que aprecia muito, sendo que considera que após a saída desta da Procuradoria-geral da República, vai ser bem-recebida no concelho de Manteigas. Deu os parabéns pela escolha, porque acima de tudo a Senhora Joana Vidal é uma grande defensora da Democracia em Portugal. -----

Reiterou um assunto que já tinha abordado numa anterior reunião da Assembleia Municipal, e sobre o qual já tinha falado pessoalmente com o Senhor Presidente, que é a questão dos estacionamento em Manteigas. Sublinhou que o concelho terá um aumento de seiscentas camas num curto espaço de tempo. Cada vez que saímos à rua em Manteigas, principalmente ao fim-de-semana, ouvem-se mais idiomas diferentes, e isso é bom sinal. É um sinal que Manteigas evoluiu, que este Executivo, assim como o transato e o anterior, fizeram com que isso acontecesse. Explanou que não atribuía o mérito apenas ao Executivo do meu partido, porque considera que isto foi um trabalho de continuidade. Contudo, a questão do estacionamento em Manteigas é atualmente um problema e em breve vai-se tornar num problema ainda maior, sendo que tem de ser resolvido. -----

Recordou que na altura deixou duas sugestão, que poderiam ajudar na resolução deste problema. Embora uma delas não tenha sido muito do agrado do Senhor Presidente, contudo voltava a insistir que, na rua 1º de Maio deve haver uma marcação de estacionamento. Isto porque acredita que a partir do momento em que há uma marcação de estacionamento, as pessoas não irão estacionar de qualquer forma, irão usar o lugar que está devidamente marcado. No seu ponto de vista, esta solução permitirá ter um ganho de pelo menos dez estacionamento, ao longo de toda a rua 1º de Maio, o que para a realidade manteiguense é muito, visto que não há estacionamento. -----

Referiu que outra sugestão seria a questão da Praça de Táxis, que felizmente ou infelizmente é utilizada durante o dia, esta é uma situação que toda a gente em Manteigas tem conhecimento disto, não há nenhum táxi à noite em Manteigas. A título de exemplo, explanou que no outro dia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

estava num estabelecimento em Manteigas e houve um casal espanhol que queria ir para a Inatel, às 21 horas e não havia táxis disponíveis. Como ninguém os quis levar à Inatel, informou que ele próprio levou o casal, uma vez que considera que não pode andar a apregoar nas redes sociais e na Assembleia Municipal, que quer turistas, quando depois também não os ajuda a ir para os locais de destino. -----

Explicou que isto pode criar alguns celeumas com os taxistas, sendo que a sua sugestão ia no sentido de: a Praça de Táxis continua a funcionar, mas à noite permitir-se o estacionamento naquele espaço aos cidadãos, pois são quatro estacionamentos. -----

Aludiu que ainda na área do turismo, teve a oportunidade de ler a entrevista que o Senhor Presidente da Câmara deu no Notícias de Manteigas, em virtude do Orçamento, em que referiu que o Município está a pensar a arranjar atividades para os tempos mais mortos em Manteigas. Recordou que já tinha deixado a sugestão para o Fim de Ano, porque considera ser uma altura fundamental, sendo que em Manteigas não existe nenhum evento. Declarou que ficou contente que a referida sugestão tenha sido acatada. -----

Por último, referiu que tendo em conta que pertence à Comissão da Mostra de Atividades, indicou que o Cartaz, no seu ponto de vista, é bom, pode atrair mais gente, contudo tinha que deixar uma crítica, que inclusivamente já a tinha transmitido à Senhora Vice-Presidente. A promoção da Feira de Atividades não pode ser feita tão tarde, este é o maior evento em Manteigas. Na sua opinião, não pode acontecer que o turista venha a Manteigas com a sua família, em dezembro, no fim-de-semana do Natal ou da Passagem do Ano, e tendo o concelho um equipamento digital na entrada da Vila, onde passa a agenda cultural, o mesmo não contenha a divulgação da Expo-Estrela. Avocou que se queremos que este evento consiga, minimamente, concorrer com as outras Feiras que se realizam nos concelhos vizinhos, assim que termina este certame, tem que se começar imediatamente a divulgar o do próximo ano. -----

No seu ponto de vista, que é também partilhado por muitos manteiguenses, este ano, lamentavelmente, a Mostra de Atividades foi promovida tarde, e isto não pode continuar a acontecer. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga, tomou a palavra, disse que pretendia abordar dois assuntos. O primeiro prende-se com os cinzeiros que foram colocados junto aos cafés. No seu ponto de vista, a Câmara teve um boa iniciativa nessa ação, contudo, ainda no outro dia, verificou que junto a um estabelecimento comercial, que por acaso até tem dois cinzeiros à porta, havia imensos detritos de cigarros no chão. Sugeriu que se desencadeasse ações de sensibilização, começando pelas escolas, colocando cartazes de forma a alertar e a sensibilizar as pessoas, que se queremos ter turistas no concelho, temos que ter esta terra limpinha e para isso todos têm de colaborar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Aludiu que a segunda situação tem a ver com o estacionamento, mas não no sentido que foi exposto pelo Senhor Deputado Eduardo Monteiro. Tem a ver com a aproximação à Rua Entre Hortas ao Centro de Saúde. Explanou que continua a alertar para essa situação, pois o bloqueio ao Serviço de Atendimento Permanente (SAP) é sistemático, sendo que algum dia essa situação pode correr muito mal. Disse ser verdade que no local estão lá placas, no sentido de impedir que essa situação ocorra, contudo a mesma continua a acontecer, como tal sugeriu que a Câmara sensibilize a GNR para essa situação. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão solicitou a palavra, explanou que esta intervenção é um discurso pelas coisas que lhe ficaram por dizer no dia de hoje. Isto porque, infelizmente, tentou nesta Assembleia inscrever-se para intervir, colocando o braço no ar, tendo verificado que a forma mais fácil é chamar a atenção docente até que lhe seja concedida a palavra. Avocou que queria deixar claro, que foram contratadas pessoas para o processo Escolar, parece que há um Programa, tendo já solicitado a respetiva documentação, por requerimento à Mesa. -----

Disse que gostaria de saber, quando é que o Conselho Municipal da Juventude vai ter conhecimento oficial deste projeto e quando é que vai poder reunir. Aludiu que, até estava para perguntar, qual é a posição do Conselho Municipal da Juventude sobre isto, contudo não valia a pena. -----

No que concerne a todas as intervenções dos Senhores Presidentes do Baldios e das Juntas de Freguesias, sublinhou que louvava o trabalho destes, na replantação de árvores e em todo o trabalho de reflorestamento que fazem, e que vale a pena ser frisado. Mencionou que vai tendo conhecimento, através do Jornal Notícias de Manteigas, das ações que são desenvolvidas, tendo a certeza absoluta, que há muito mais trabalho desenvolvido por estes, sendo de louvar. Clarificou que a análise que estava a fazer, no ponto três um da Ordem de Trabalhos, era ao documento que foi apresentado. Explicitou que a pergunta que deixou, foi relativamente a planos da Câmara Municipal e é por isso que afirma, que não obteve resposta a mesma. Avocou que desconhece se existem ou não esses planos, se há coordenação entre todas as entidades, sendo isto que gostaria de ter conhecimento. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Explanou que nesta intervenção pretendia abordar três assuntos. Em primeiro lugar, deixou uma palavra de apreço ao Senhor Presidente da Câmara por ter voltado a colocar na ordem do dia, em termos de Comunicação Social, a construção dos túneis. O “Expresso” trazia uma menção na primeira página, o que considera ser sempre interessante ver uma notícia dessas, atendendo que se trata de um jornal com uma tiragem enorme. -----

Declarou que concorda com quase tudo o que foi dito, nesta reunião, a propósito dos túneis. Efetivamente, as coisas têm o seu tempo, infelizmente para todos, não só para Manteigas, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Stantuz

J

para toda a região da Serra, ainda não foi possível concretizar os túneis, mas as coisas vão-se fazendo. Citou uma expressão do Senhor Presidente da Câmara de Seia e parafraseando “os bois comem-se aos bifes”. Explicou que com isto queria dizer que, se calhar, a questão dos túneis passará um bocadinho por aí, irmos evoluindo e não deixarmos cair este tema, porque é importante. Por esse mesmo motivo, deixou uma palavra de apreço ao Senhor Presidente por não ter deixado cair o tema. -----

Avocou que, no âmbito da CIM há uma discussão, neste momento, de quais são as obras e investimentos que devem ser feitos para a zona da CIM. Há uma discussão sobre quais os investimentos que devem ser indicados e tentar chegar a um consenso em termos de CIM, para serem indicados e incluídos no futuro plano de obras a nível nacional, no Portugal 20/30. É uma discussão que está em cima da mesa. -----

Disse ter conhecimento, que o Senhor Presidente já teve oportunidade de falar disso nas reuniões do Executivo, sendo que essa situação também já foi falada na Assembleia Intermunicipal. Deu nota, que ele próprio, no fórum de discussão partidária, onde se tenta elaborar um programa de Governo para uma eventual vitória do PSD nas próximas eleições, também teve a oportunidade de falar nos túneis e tentar com que os mesmos possam ser incluídos nessa possibilidade. Declarou que não tinha qualquer dúvida, que o Partido Socialista e o Senhor Presidente têm todo o interesse nisso, assim como o PSD tem e terão sempre a disponibilidade, e a necessária força, para tentarem que essa obra um dia possa ser uma realidade e possamos vê-la e usufruir dela. -----

Uma segunda palavra de apreço também ao Senhor Presidente, na pessoa da Senhora Vice-Presidente, por ter impedido uma construção que se desenrolou, ou que teve o seu início em Sameiro, no Parque Dr. José Manuel Custódia Biscaia, chamado de campo de jogos, que a Junta de Freguesia iniciou e que em boa hora foi impedida. A propósito dessa nota pessoal, que referiu que já tinha tido a oportunidade de dar à Senhora Vice-Presidente, queria também deixar nesta reunião a sua nota pública, da intervenção eficiente que a Câmara teve, na altura, nessa situação. -----

O terceiro assunto que pretendia abordar prende-se com uma carta que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro lhe dirigiu, no dia 18 de dezembro de 2018, precisamente a propósito da sua intervenção no processo supracitado, porque, eventualmente, não terá gostado dessa intervenção e como tal, brindou-o com uma carta de três páginas, não assinada, em papel branco, embora tenha sido enviado pelo e-mail da Junta de Freguesia de Sameiro. -----

Deu conhecimento que nessa carta acusa-o em três páginas e dezassete pontos, de vários crimes de esquecimento. E se alguns deles não têm qualquer interesse, para coisa absolutamente nenhuma, sem ser perder tempo com eles a quem os escreveu e a quem os leu,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

há outros pontos que não poderá deixar passar. Explicou que a esta intervenção na Assembleia Municipal, apenas se deve porque na carta que lhe foi dirigida referia: “Exmo. Senhor Nuno Matos Soares, Deputado do PSD na Assembleia Municipal de Manteigas.” Portanto, foi invocado na qualidade de membro desta Assembleia Municipal, sendo esse é o único motivo pelo qual trouxe esse assunto a esta reunião, considerando que é aqui que o assunto deve ficar devidamente esclarecido. -----

Pediu desculpa pelos cinco minutos que ia “roubar” ao Órgão Deliberativo, contudo tratava-se de uma questão de honra para si. Explicou que trata-se de uma questão de honra, não só pelas acusações que lhe são feitas, algumas delas perfeitamente mesquinhas, mas porque no mesmo documento foi atacado o seu pai e o seu irmão, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, em três mandatos. Declarou que isso não admite. Todos têm as suas discordâncias políticas e têm de ter capacidade de se defrontar politicamente, sem imiscuir a família e as ligações familiares nisto. Alegou que o seu irmão e o seu pai não precisam que ele os defenda, contudo não admite que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, ou seja quem for, ponha em causa a honra deles. -----

Mencionou que toda a gente em Manteigas conhece o Manuel Soares de Sameiro, o seu pai trabalhou nesta Câmara quase quarenta anos, foi distinguido com a medalha de prata pelos bons serviços prestados a esta Câmara, atribuída por um Executivo Socialista. Disse que o seu pai nunca se meteu em política, portanto não admite ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, que venha falar dele, seja em que termos for. Isto porque, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro não tem, nem nunca terá na vida dele, mais qualidade humana do que o seu pai teve. -----

Aludiu que além disso, o seu pai tem provas dadas em termos sociais, de todo o trabalho que fez. A título de exemplo, recordou a sua passagem pela Fábrica da Igreja de Sameiro, há trinta e cinco anos atrás, que tal como todos têm conhecimento, os recursos eram mais escassos do que são hoje, não havia fundos comunitários e ele conseguiu, por exemplo, calcetar o adro da Igreja de Sameiro. Mencionou que quando era miúdo e andava na escola, o adro da igreja era em terra, e toda a gente sabe o que acontece quando chove. Foi o seu pai que andou a bater de porta em porta, para conseguir o material e o dinheiro suficiente para a mão-de-obra, para a igreja conseguir ter o adro que possui atualmente. Disse que podia ainda referir a título de exemplo, na quantidade de dias, semanas, meses e anos que o seu pai pertenceu à Mesa da Santa Casa da Misericórdia e todos sabem a importância que a Santa Casa da Misericórdia tem em Manteigas. Ele deu anos da vida dele para esta causa. -----

Avocou que podia ainda falar, no tempo que o seu pai despendeu nos escuteiros. Em Manteigas, felizmente, ainda existem dois agrupamentos, o de Sameiro está desativado, mas foi o seu pai



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Santus

D

que levou os escuteiros para Sameiro, sendo essa uma boa memória para todos os que têm a sua idade. -----

Declarou que, pelos vistos, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro não tem capacidade de encaixe suficiente para o enfrentar, e por isso saiu da sala. Mas isso não é novo, pois já em 1993, mencionou que era ele um “gaiato” e o atual Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro fugiu dele, numa reunião partidária. Depois de se ter comprometido com o Dr. Biscaia, na altura, a ser candidato à Junta de Sameiro pelo PSD, “roeu a corda”. -----

Portanto, considerou esta atitude do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro perfeitamente normal, nessa pessoa. Contudo, disse que lamentava que o mesmo não tenha permanecido nesta reunião, para lhe poder dizer cara a cara o que tem para lhe dizer. Para lhe falar da venda da escola, com que ele enxovalhou o anterior Executivo, mais do que uma vez e continua a fazê-lo. Explicou que essa foi uma opção política, que foi assumida por quem tinha que a assumir e, ainda hoje, passados quase quatro anos da venda da Escola, continua o imbróglio com outro edifício, a chamada escola velha. A Junta de Sameiro, ainda hoje, não tem um destino para aquele imóvel. Sendo que o Senhor Presidente da Câmara, um dia destes, terá de arranjar uma solução para isso. -----

Informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro quase o acusa pelo corte de água nessa freguesia, quando todos os que estavam presentes na Assembleia Municipal, na altura, têm conhecimento que o corte de água deveu-se ao protocolo da delegação de competências da Câmara para as Juntas de Freguesias. Todas as Juntas de Freguesias negociaram com a Câmara os respetivos protocolos, só a de Sameiro é que levantou uma imensa questão. A verdade é que o protocolo que era péssimo na altura, neste mandato, que já vai quase a meio, ainda não foi revisto, nem a Junta de Sameiro pediu a sua revisão. -----

Indicou que foi também acusado, no ponto sétimo da referida carta, de no dia 19 de março de 2017, ter dado a sua palavra numa Assembleia Municipal sobre um Plano de Gestão Florestal, quando todos poderão confirmar que no dia 19 de março de 2017 não houve qualquer Assembleia Municipal. Considerou que nem vale a pena dizer mais nada sobre a falsidade desta afirmação. Na mesma carta, no seu ponto oitavo, é colocada em causa a sua honra pessoal quanto a dinheiros públicos. -----

Declarou que não admite ao Senhor Presidente da Junta, nem a ninguém, maior seriedade do que ele tem com o dinheiro público. Avocou que já veio dezenas de vezes a esta casa, fazer aquilo que é necessário, e recebe aquilo que a lei lhe confere, nunca mais do que isso. A título de exemplo, referiu que na Assembleia Intermunicipal até já o chamaram de “forreta”, porque cortou ao máximo as despesas. Durante oito anos, pertenceu à Assembleia de Freguesia de Sameiro, na altura, trabalhava em Santa Maria da Feira, e nunca recebeu um cêntimo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

deslocações. Apenas recebia as senhas de presença, que sempre teve o cuidado de as conceder às Associações e às Festas da Freguesia. Concluiu que nunca ficou com um cêntimo da sua participação nas Assembleias de Freguesia. -----

Neste seguimento, deu nota que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro vem pôr em causa a sua honra quanto a quinze mil euros (15.000,00€), que a Junta de Freguesia há uns anos atrás passou, como forma de compensação, para a Comissão de Baldios, à qual pertence. Explicou que em Sameiro existia um regime florestal um bocadinho diferente daquele que havia em Manteigas e, certamente, todos se lembram da situação que houve dos Baldios há uns anos atrás. Os Baldios de Sameiro sempre tiveram um tratamento diferente dos Baldios de Manteigas, pelo menos até aquela data. -----

Explanou que como forma de compensação, porque os Baldios nunca tinham recebido um cêntimo do Estado de forma direta, por cederem à Junta Freguesia a utilização e a receção das receitas da venda das madeiras, o Senhor Presidente da Junta, na altura, acertou com a Comissão de Baldios transferir quinze mil euros (15.000,00€) da Junta de Freguesia para essa entidade. A partir desse momento seria feito um protocolo a deixar claro, qual era a parte de gestão que ficava a cargo da Junta, por cedência dos Baldios, inclusive a equipa de sapadores. Face ao exposto a Junta de Freguesia de Sameiro transferiu os quinze mil euros (15.000,00€).

O Senhor Presidente da Junta de Sameiro invoca essa questão, por esse motivo o Senhor Deputado Nuno Soares entregou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como fiel depositário, um extrato que comprova, que dos quinze mil euros (15.000,00€) estão em conta catorze mil, novecentos e oitenta e quatro euros e um cêntimo (14.984,01€), sendo que os quinze euros e noventa e nove cêntimos (15,99€) que faltam ao montante supracitado, é relativo a um livro de cheques que foi pedido para poderem fazer os pagamentos que são necessários, nomeadamente, para a Junta de Freguesia, das verbas que são transferidas para a conta dos Baldios. -----

Solicitou que o Senhor Presidente da Assembleia fique como fiel depositário desse documento, que comprova que não retirou um único cêntimo dessa conta, nem nunca o faria por mais necessitado que estivesse. -----

Acrescentou ainda, que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro acusa-o, nessa mesma cláusula, de não apresentar Contas dos Baldios. Contudo, o mesmo esquece-se que há um protocolo assinado, no dia 31 de dezembro de 2013, entre a Junta de Freguesia e os Baldios, no qual na cláusula 8ª, n.º 2, a Junta de Freguesia, nas duas reuniões anuais, deve entregar à Comissão de Baldios um Orçamento e as Contas do ano anterior, sendo que o mesmo nunca fez entrega desses documentos. Explicou que como é fácil de entender, se a Junta de Freguesia não lhe entrega as Contas, ele também não as pode apresentar aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António

J

Compartes. -----

Informou que nos pontos nove a catorze, da carta supracita, é posta em causa a honra do anterior Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, com meia dúzia de situações referindo-se ao ano de 2013. Indicou que o seu irmão esteve na Junta de Freguesia durante vinte anos, só em 2013, ano de eleições, curiosamente é que surgiram problemas. E esses problemas, que supostamente seriam muito importantes, pelos vistos nunca foram comunicados ao Tribunal de Contas. Inclusive, chega a dizer que há documentos que não aparecem no justificativo de despesa. -----

Frisou que, queria recordar a todos, e deixar bem claro, que a única pessoa que durante todo o ano de 2013 esteve na Junta de Freguesia de Sameiro foi o Senhor Joaquim Neves Biscaia. Portanto, a acusação que é feita ao seu irmão, de faltar com os documentos na Conta de Gerência de 2013, que é elaborada no ano de 2014, essa acusação é feita pela única pessoa que, do dia 01 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013, fez parte do Executivo da Junta de Freguesia Sameiro. -----

Fez alusão que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, tece ainda mais duas acusações nessa carta à sua pessoa, compara-o com o Sebastian Kurz, com o Viktor Obrán e com o Matteo Salvini. Declarou que, realmente era a pessoa, nesta sala, mais comparável com qualquer uma pessoas citadas. Recordou que foi um dos promotores da solução relativa à composição da Mesa desta Assembleia Municipal. Inclusive, o facto de ter convidado para Vice-Presidente, na Assembleia da CIM BSE, o único representante da CDU na Assembleia Intermunicipal, demonstram claramente, mais do que qualquer coisa que possa dizer, o quanto é antidemocrático. Considerou que as palavras leva-as o vento, mas os nossos atos ficam para sempre. -----

Por último, no ponto 15, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro declara o seu amor louco à terra e à Freguesia. Referiu que ainda bem que assim é, contudo é pena que há vinte e cinco anos atrás, enquanto Deputado da Assembleia de Freguesia de Sameiro, não tenha tido o mesmo amor, talvez porque a compensação monetária era fraca, tendo perdido o mandato por faltas injustificadas. Pediu mais uma vez desculpa por este desabafo, contudo necessitava de reparar a sua honra em frente da Assembleia Municipal de Manteigas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa interpelou o Senhor Deputado Nuno Soares se tinha conhecimento, se haveria algum móbil para todas estas acusações. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares respondeu que, muito possivelmente, o móbil foi a sua intervenção pública sobre aquela obra que referiu no início da sua explanação. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, no uso da palavra louvou a afluência turística que Manteigas tem tido. Explanou que é de conhecimento geral, que no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

último fim-de-semana não havia camas suficientes para tantos turistas que visitaram Manteigas. Deu nota que, nesse fim-de-semana, teve oportunidade de se deslocar a Seia e a Gouveia, tendo reparado que Manteigas, de facto, tinha muito mais movimento turístico do que tinha Seia e Gouveia. Face ao exposto, disse que louva o trabalho que tem sido feito no âmbito do turismo, fez votos que assim continue por muitos anos e que para além do prato e da cama, que Manteigas consiga oferecer muito mais a quem nos visita. -----

Fez alusão à questão suscitada pelo Senhor Deputado Pedro Leitão, relativamente aos planos de reflorestação, tendo elucidado que quem detém esses planos é o ICNF. É essa entidade que nos indica em que locais se pode plantar. Explicou que os Baldios têm o trabalho de candidatar áreas baldias em consonância com os ditos planos e executar essas candidaturas no terreno, e submeter o reembolso da despesa feita. Contudo, é o ICNF que define onde se deve plantar, pois o baldio é cogido com esta última entidade, que auxilia toda a parte técnica. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara fez uso da palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados Municipais. No que concerne às questões levantadas pelo Senhor Deputado Eduardo Monteiro, nomeadamente, no que diz respeito aos estacionamento, indicou que Manteigas tem, de facto, graves problemas com o estacionamento, não só com a falta de lugares, mas também com a forma como eles estão geridos. Explanou que há uma marcação prévia que tem de ser feita e que é imprescindível, os estabelecimentos comerciais precisam de espaço para cargas e descargas. -----

Avocou que pode ser dito, que nesse caso, se irá complicar ainda mais os estacionamento na Vila, mas não é verdade, porque verifica-se que, por vezes, há estacionamento junto a esses estabelecimentos que impedem a passagem dos automóveis, a passagem de turistas, de viaturas de mercadorias e passagem de concidadãos nossos. Há tempos demasiados de espera e há incómodos enormes para os comerciantes, em particular quando são sancionados pela lei, que ainda é imposta pela GNR, pois não é uma competência da Câmara. É a GNR que passa os autos de contraordenação pelo estacionamento indevido. À Câmara compete-lhe sinalizar, à GNR compete-lhe fiscalizar. -----

Referiu que esta é uma questão que tem de ser resolvida de imediato. Atualmente está a ser elaborado um estudo, no qual irão participar os comerciantes. Disse entender que isto também tem uma carga psicológica, pois percebe-se, claramente, que cada um quer ter sempre o carro o mais perto possível e quer sempre carregar e descarregar a toda a hora, mesmo que não tenha essa necessidade, mas quer sempre ter o lugar ali reservado. São estas as questões sensíveis, para as quais urge tomar uma decisão, sustentada na necessidade de cada um dos comerciantes. -----

Referiu que para além de auscultarem os comerciantes, também, terá de se perceber através do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

D. Monteiro

serviço de Fiscalização do Município, quais são os momentos mais "mortos" em termos de cargas e descargas e quais são os mais ativos. -----

Após resolver este problema, terá de se sanar o problema dos estacionamento para quem nos visita. No seu ponto de vista, o problema do estacionamento, embora seja uma questão que nos preocupa, mas não necessita de ser visto com tanta acuidade, como foi refletido pelo Senhor Deputado Eduardo Monteiro. -----

A título de exemplo, referiu que quando nos deslocamos para outras cidades, chegamos a ter de andar a pé centenas e centenas de metros, para chegarmos ao destino que pretendemos, após termos deixado o carro num estacionamento qualquer. Deu nota que, o Município identificou os estacionamento, após o Senhor Deputado Eduardo Monteiro ter levantado essa questão. Atualmente, há placas identificativas dos estacionamento desde a entrada (junto ao colégio Nossa Senhora de Fátima) até à Igreja de São Pedro, de modo a direcionar os veículos para o parque onde é realizado o mercado mensal, e onde é perfeitamente possível estacionar. -----

Alegou que esse parque de estacionamento não é assim tão longe do centro da Vila, se calhar a sensibilização é capaz de nos trazer alguns benefícios, é capaz de resolver parte da questão. Explicou que a sensibilização é para nós todos Manteiguenses, porque a maior parte do carros que estão estacionados na parte central da Vila, são de moradores de Manteigas, que se deslocam das zonas mais periféricas para o centro. Há, inclusivamente, locais onde os estacionamento estão lotados e há garagens que estão vazias, pois acontece as pessoas terem as suas viaturas estacionadas de noite e de dia na rua, quando têm garagens. Considerou que há um conjunto de situações que têm de ser perfeitamente definidas, mas nada se faz sem um estudo objetivo. -----

Reiterou que a primeira questão que será tratada, é relativamente aos estacionamento para cargas e descargas, porque as multas são diárias. Deu conhecimento que há comerciantes, que são multados duas vezes por dia, tendo já visto esses mesmos autos. Referiu que ele próprio já tentou sensibilizar a GNR mas, como devem entender, não é a forma mais adequada apelar à força de segurança que não cumpra a lei. Anuiu que os lugares na praça de táxis é uma hipótese, sendo que teriam de analisar a forma como poderiam aí intervir. -----

No que concerne à promoção da Expo-Estrela, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, no presente ano, a mesma começou a ser feita mais cedo do que aconteceu no ano transato. Se o Senhor Deputado Eduardo Monteiro lhe dizer que é necessário começar a fazer essa divulgação de um ano para o outro, entendia o que ele queria dizer. Explanou que há formas e há especialistas nessa área, contudo custam dinheiro. É verdade que verba que o Município tem disponível para a publicidade é muito curta, atendendo as necessidades, embora tenha conhecimento que uma boa publicidade vende o produto. Disse que ia tentar, no próximo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Orçamento do Município, tirar verba de um lado para se alocada à rúbrica da publicidade. -----

No que respeita aos cinzeiros e aos detritos, indicou que iam ter isso em atenção, inclusivamente, a Senhora Vice-Presidente, que é quem está responsável por esse setor, já tinha tomado nota. -----

Fez alusão que o Senhor Deputado Pedro Leitão questionou, se em relação ao insucesso escolar a Câmara tinha consultado o Conselho Municipal da Juventude. Tendo respondido ao Senhor Deputado que quem, eventualmente, teria de se pronunciar sobre esse projeto é o Conselho Municipal de Educação, onde estão representados os pais, a comunidade educativa e há representantes da Câmara. No seu ponto de vista, quando este projeto foi definido, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, certamente que houve uma consulta e o conhecimento desta proposta ao Conselho Municipal de Educação. Embora não pudesse afirmar, com certeza, que tal tenha sido feito, uma vez que este projeto foi definido no mandato anterior. Informou que a equipa de ação deste projeto está a interagir com uma série de entidades, que fazem parte do Conselho Municipal de Educação. -----

Deixou uma reflexão ao Senhor Presidente da Mesa, que também já tinha deixado ao anterior Presidente do Órgão Deliberativo. Avocou que em mais nenhuma Assembleia Municipal, na ordem de trabalhos consta este último ponto. Por norma, a seguir à intervenção do público, são feitas as intervenções dos Senhores Deputados Municipais, isto no período "Antes da Ordem do Dia". -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, esclareceu que, relativamente à Ordem de Trabalhos, apenas se limitou a dar seguimento aquilo que já se fazia no anterior mandato. Contudo, declarou estar disponível para fazer alterações. Questionou se mais alguém desejava usar da palavra. Verificando que não havia inscrições e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, deu por encerrada a sessão às dezanove horas e quinze minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezanove, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos Senhores Secretários da Mesa. -----

----- O Presidente da Mesa -----


----- José Manuel Novo de Matos -----

----- A 1ª Secretária -----

----- O 2º Secretário -----


----- Patrícia Alexandra dos Santos Martins -----


----- Daniel António Quaresma Costa -----